

Aprender e transformar com a economia feminista:

Formação sobre economia feminista —

Caderno da multiplicadora



sof

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

Aprender e transformar com a economia feminista: Formação sobre economia feminista — Caderno da multiplicadora

SOF Sempre Viva Organização Feminista | São Paulo, 2026

Redação: Helena Zelic, Maria Fernanda Marcelino, Natália Blanco, Renata Reis, Sonia Coelho e Tica Moreno

Coordenação editorial: Helena Zelic, Miriam Nobre e Renata Reis

Edição e revisão textual: Luísa Caron

Projeto gráfico e diagramação: Heleni Andrade

Ilustrações: Biba Rigo

Impressão: 300 exemplares.

Apoio: Ministério das Mulheres

ISBN: 978-65-87591-21-6

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade da SOF, não refletindo necessariamente a opinião de outras instituições envolvidas.

Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons — Atribuição — Uso Não Comercial — Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Brasil. Isso quer dizer que você pode copiar, distribuir, transmitir e reorganizar este caderno, ou parte dele, desde que cite a fonte, não ganhe dinheiro com isso e distribua sua obra derivada sob a mesma licença.

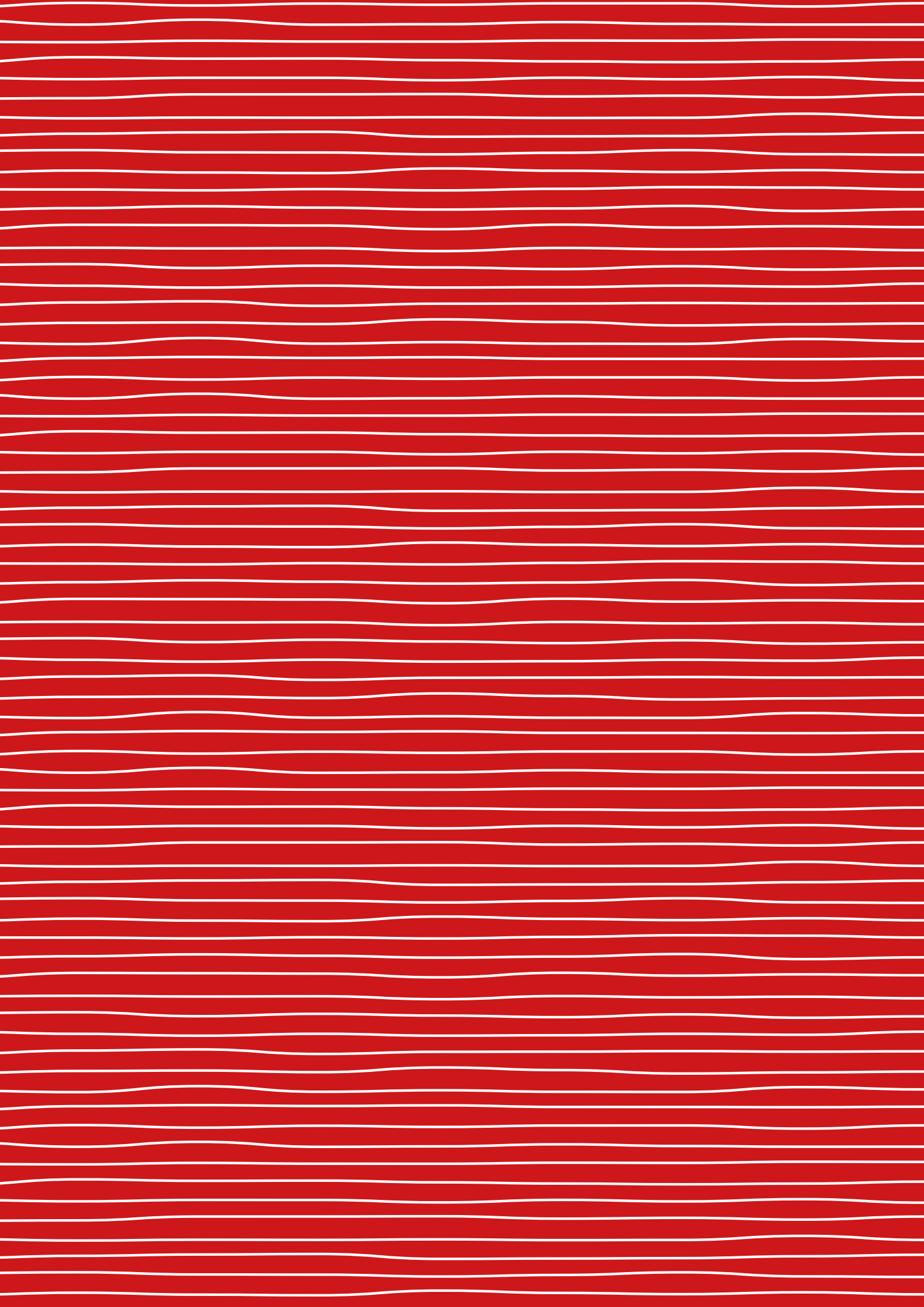
sof.org.br | sof@sof.org.br | (11) 3819-3876
Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros, São Paulo/SP



Esta cartilha compõe os materiais do projeto contemplado pelo Fomento nº 954083/2023 do Ministério das Mulheres.

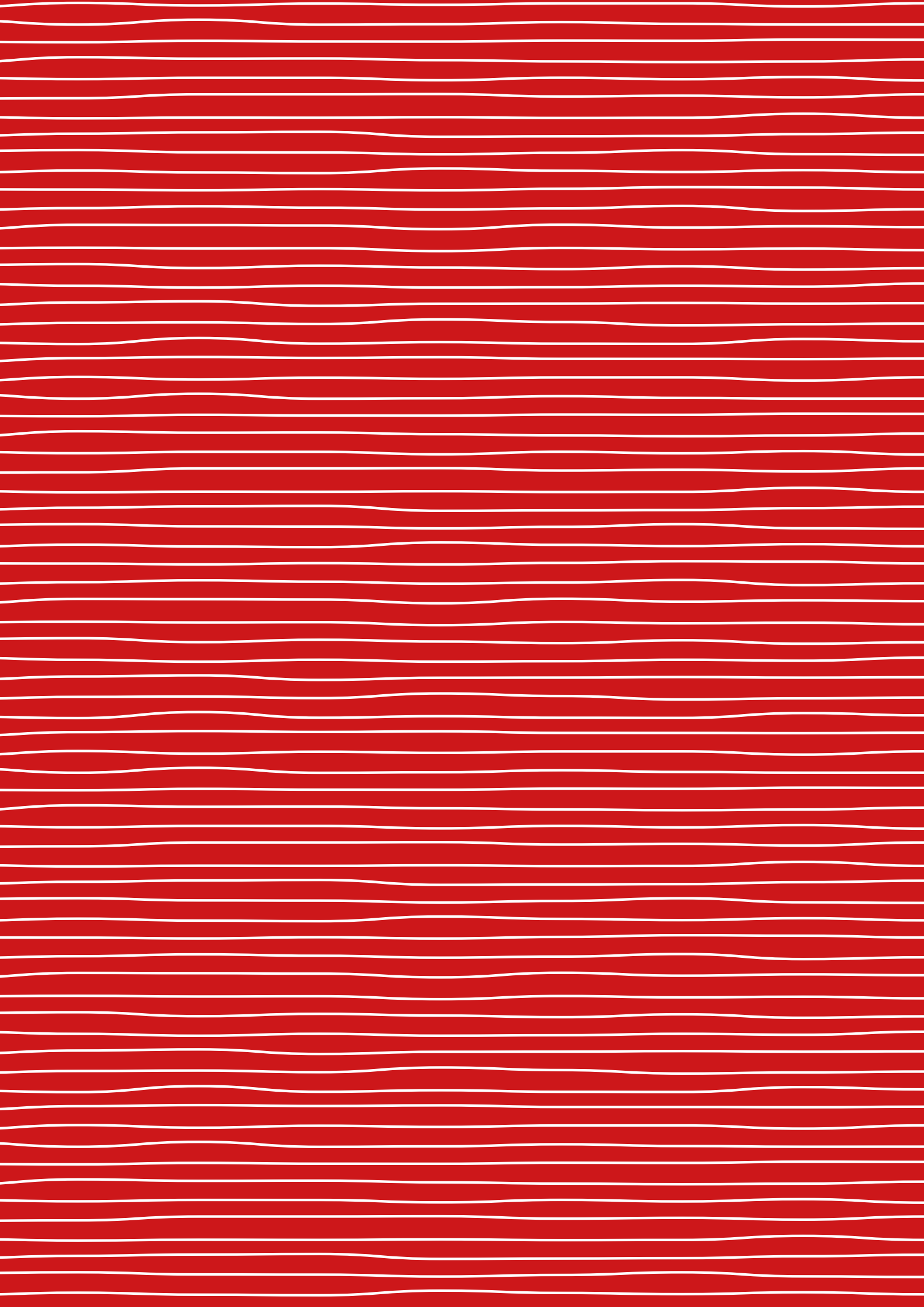


R. J. L.



Sumário

Introdução	7
Educação popular e feminista: metodologias para atividades de formação política	11
Pontos de partida para a condução das atividades de formação política	11
Construindo a atividade	13
Trabalho e relações sociais de gênero, raça e classe	23
Mas, afinal, como podemos entender o que é gênero?	23
As relações sociais de gênero, classe e raça são inseparáveis	24
Metodologias para refletir sobre as relações sociais no território e a divisão sexual e racial do trabalho	25
A divisão sexual e racial do trabalho	27
Mudanças e permanências	31
Colocar o cuidado e a sustentabilidade da vida no centro	33
Economia feminista	37
A economia é um assunto de todas as pessoas	37
Sustentabilidade da vida: o que precisamos produzir e como fazemos isso para que a vida exista	42
O conflito capital – vida	46
Construindo atividades de multiplicação	48
Estado, políticas públicas para as mulheres e a Política Nacional de Cuidados	55
Por que trabalhar o tema das políticas públicas na formação feminista?	55
As políticas públicas para as mulheres não são específicas	56
O Estado capitalista, patriarcal e racista	57
O sentido das políticas públicas para as mulheres: o que é preciso alterar?	60
Construindo atividades de multiplicação	63
A organização das mulheres na luta feminista: construção de movimento e agenda política	67
A luta das mulheres para transformar a realidade	67
Caminhos para a organização das mulheres	71
Contribuições da economia feminista para a construção de agenda política	72
O conservadorismo e a divisão sexual e racial do trabalho	74
Construindo atividades de multiplicação	76
Aprender a transformar com a economia feminista	81



Introdução

Apostamos na economia feminista como uma **ferramenta viva** das mulheres. Isso nos move como organização que articula e fortalece a luta feminista construída junto aos movimentos sociais. Comprendemos que a formação política se constrói em conjunto com a organização das mulheres. Nessa perspectiva, a formulação de atividades de formação é pensada considerando a agenda política e as prioridades de organização ligadas às necessidades concretas das mulheres.

O **Caderno da Multiplicadora** sobre **economia feminista** é fruto do Ciclo de Formação em Economia Feminista realizado entre 2024 e 2026 pela SOF Sempreviva Organização Feminista e pela Marcha Mundial das Mulheres, com o apoio do Ministério das Mulheres do Governo Federal. Ao longo desse período, o ciclo reuniu um conjunto de cursos, encontros e acompanhamentos de atividades de formação política a nível local, regional e nacional. Em todas essas atividades, colhemos os aprendizados e desafios que sistematizamos nesta publicação. Esse caderno tem como objetivo contribuir para formações políticas, rodas de conversa e grupos de estudos em que o foco seja a organização das mulheres e o fortalecimento do feminismo popular.

Nesta publicação, chamamos de **multiplicadoras** as mulheres responsáveis por organizar atividades que debatam os temas aqui desenvolvidos. Esse papel pode e deve ser compartilhado com mais de uma militante nos processos de organização de grupos, coletivos ou setorial de mulheres em movimentos sociais. Comprendemos esse exercício de multiplicar como parte do papel das **lideranças** em articular e impulsionar agendas políticas para a transformação da realidade. Optamos por realizar um caderno específico para essa tarefa a fim de sistematizar as escolhas metodológicas feitas por nós com base na educação popular feminista. Somado a isso, pretendemos que este caderno ajude na consolidação de uma perspectiva feminista em formações para lideranças comunitárias, integrantes de movimentos sociais e gestoras públicas. O fortalecimento dessa perspectiva contribui para intervir na organização popular e na construção de alternativas para o conjunto da sociedade.

Para que a economia feminista seja uma **ferramenta viva** das mulheres, é fundamental que os aprendizados registrados neste caderno estejam em movimento de forma **permanente**. Entendemos que atividades de multiplica-

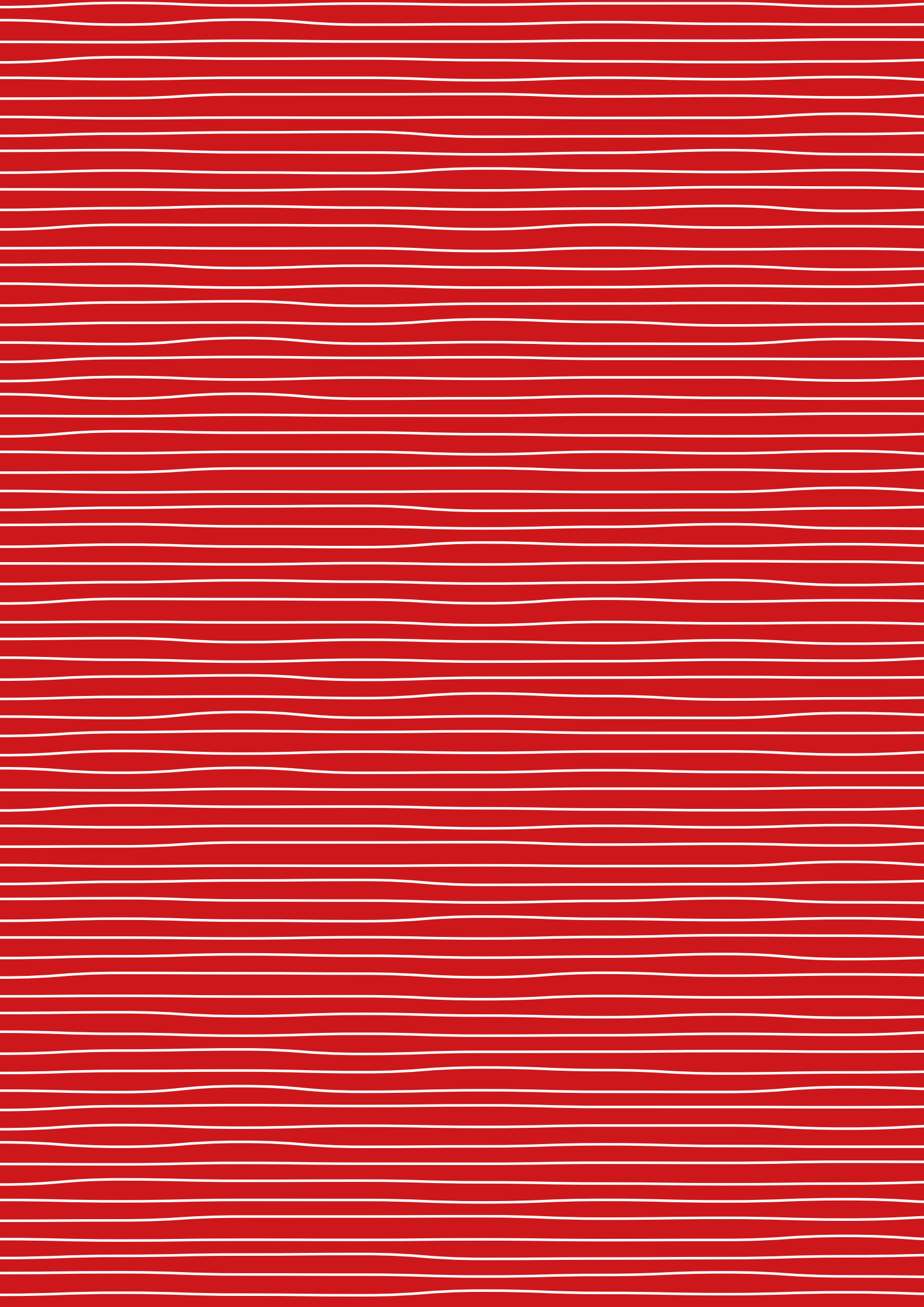
ção desses conteúdos devem ter continuidades que acompanhem a organização das mulheres em diferentes territórios. Desejamos que esses aprendizados sejam impulsores de outras tantas reflexões ancoradas nas práticas realizadas pelas mulheres, auxiliando na construção de agendas do movimento feminista.

Existem muitos jeitos de aproveitar os conteúdos deste caderno. Consideramos a criatividade como elemento central na realização de atividades de formação política. Uma sugestão é que você combine o capítulo sobre a metodologia com todos os outros capítulos temáticos. Assim, propomos uma leitura mais fluida de cada tema sem perder de vista a conexão com o desenvolvimento desses conteúdos em atividades. É possível também realizar uma proposta que envolva o **Caderno da Participante**. Esse caderno também é fruto do Ciclo de Formação em Economia Feminista. Nele você vai encontrar textos que abordam o conteúdo dos capítulos temáticos.

Alguns exemplos que combinam essas duas sugestões:

- **Antes da atividade:** ler o capítulo de metodologia e o capítulo temático do Caderno da Multiplicadora que será trabalhado no encontro. Identificar quais dos textos do Caderno da Participante tem a ver com as mulheres que vão participar e com o tema que será desenvolvido e escolher um.
- **Na atividade:** propor uma leitura coletiva em grupos pequenos e, posteriormente, realizar um debate com o grupo todo, fazendo a ponte entre o que elas acharam do texto com o conteúdo que você leu previamente no Caderno da Multiplicadora.

As Semprevivas





Educação popular e feminista: metodologias para atividades de formação política

Pontos de partida para a condução das atividades de formação política

Baseamos nossas práticas em um conjunto de princípios que se conectam, e que nomeamos como **educação popular e feminista**. Esses princípios nos orientam ao longo de todo o processo de construção da formação política, por isso estão presentes desde o planejamento até a construção e a avaliação da atividade proposta.

A **educação popular e feminista propõe ampliar a consciência crítica e criar processos de transformação em que pessoas se tornem sujeitos de sua própria vida**. Essa transformação é para todas as pessoas que estão participando da formação, inclusive para quem está organizando a atividade. Para desenvolver a atenção às dinâmicas de grupos e o estímulo à criatividade, a educação popular e feminista integra contribuições de diversos sujeitos que construíram metodologias, práticas e reflexões, como Paulo Freire, grupos de psicodrama (como o GETEP – Grupo de Estudos e Trabalhos Psicodramáticos da cidade de São Paulo), entre outros. Esse conjunto de princípios foi se consolidando e se transformando a partir da atuação da SOF em diferentes processos de formação, e foi apresentado no texto *Formação para a transformação: metodologias feministas*, escrito por Nalu Faria.

Adquirimos conhecimentos de diversas formas ao longo da vida, e são inúmeros os aprendizados que podemos valorizar na construção do movimento feminista. Uma das habilidades para ser multiplicadora envolve **estar atenta às diferentes formas de organização das mulheres em seus locais de atuação**. Isso envolve prestar atenção às necessidades das participantes no momento das atividades, e aos tempos que cada grupo necessita para a formação de laços. Tudo isso contribui para que os temas trabalhados ganhem sentido.

Valorizar a diversidade presente em um grupo, assim como seus conhecimentos e habilidades, favorece um processo de formação com poder de criação. Isso está ligado ao que chamamos de **circularidade da fala**. Nessa prática, valorizamos a proposta de fazer a fala circular entre as pessoas par-

Recado importante!

É fundamental a leitura deste capítulo para a construção de atividades de multiplicação.

“A educação popular

tem que ser parte de um projeto de organização popular que envolve formação política, comunicação, mobilização e ação baseada na construção coletiva do conhecimento. Na educação popular, o trabalho focado no grupo é central para garantir essa construção coletiva do conhecimento. O grupo é fundamental para que possamos sair da percepção individual dos problemas e entender a construção social dos mesmos.”

Formação para a transformação: metodologias feministas, por Nalu Faria

participantes, o que contribui para que não haja o monopólio da fala por parte de quem está realizando a atividade ou por algumas pessoas que eventualmente estejam em posições privilegiadas de poder.

A partir do feminismo e do antirracismo, consideramos que a experiência vivida por cada mulher é ponto de partida para o entendimento coletivo sobre como se constroem identidades, relações e instituições baseadas em hierarquias de gênero, raça, sexualidade e classe, para, assim, desconstruí-las. Isso significa que não podemos reduzir as mulheres a uma experiência única, em que a mulher branca é tomada como referência “universal”. Por exemplo, a violência racista vivida por uma mulher indígena ou negra não é “uma versão piorada” da violência patriarcal vivenciada por uma mulher branca, mas é outra dimensão violenta desse sistema que organiza a sociedade para a produção capitalista. Outro exemplo seria pautar que o início da história da luta das mulheres no Brasil se deu nos anos 1970, a partir da reivindicação por trabalhar fora de casa. Essa ideia, que parte de um senso comum, nega tanto o protagonismo das mulheres nas greves operárias do início do século XX quanto o histórico da luta por libertação do sistema escravocrata e por território das populações negra e indígena.

Rompendo com as dicotomias

“ A economista feminista italiana Antonella Picchio propõe que olhemos para a vinculação histórica entre o trabalho de reprodução — cozinhar, limpar, cuidar, educar — e o trabalho de produção. No capitalismo, esses dois processos foram separados entre os espaços públicos (por onde transitam os homens) e os espaços privados (onde as mulheres ficam confinadas). Além de separados, o vínculo entre esses processos foi ocultado. O resultado disso é que os custos da produção capitalista são transferidos para a esfera doméstica, sob responsabilidade das mulheres. A análise de Picchio revela a dependência que o sistema capitalista tem da reprodução social.”

Produção, reprodução e sustentabilidade da vida, disponível no Caderno da Participante, p. 10

Na sociedade capitalista, patriarcal e racista, essas dicotomias (como entre produção e reprodução, e espaço público e privado) são mobilizadas para organizar a subjetividade com base em regras e normas que partem do princípio que esses opostos se complementam e que um dos lados teria mais valor que o outro. Na formação feminista, provocamos outra maneira de perceber o mundo com o objetivo de se transformar junto com ele. Conseguimos superar essas dicotomias quando, por exemplo, abrimos espaço para que as mulheres participantes das atividades se expressem e trabalhem suas emoções, contradições e inseguranças.

A formação feminista propõe desbloquear a criatividade e usar outras linguagens, como o desenho, modelagem ou dramatizações, que mis-

turam habilidades diferentes de expressão entre mulheres menos ou mais escolarizadas. Faz parte dessa proposta romper a alienação em relação ao próprio corpo, estigmatizado por padrões de beleza que menosprezam o corpo que trabalha: as mãos calejadas, o braço forte ou características que não seguem os estereótipos de gênero.

A auto-organização das mulheres

Na luta feminista, a **auto-organização das mulheres é uma estratégia central** para ampliar a presença e a força das mulheres nos espaços político e econômico. Auto-organização é quando as mulheres se reúnem em grupos apenas compostos de mulheres ou em espaços específicos dos movimentos mistos, como chamamos os movimentos sociais compostos por mulheres e homens.

Dilemas do dia a dia que impedem a autonomia sobre o tempo, o trabalho e o corpo das mulheres são temas que aparecem em espaços auto-organizados. Quando incorporamos esses temas como parte do processo organizativo, fatos que são vivenciados pelas mulheres de forma semelhante, porém isolada, se tornam questões políticas. Essa forma de fazer a reflexão é vantajosa por se tratar de um exercício que politiza não só a vida pessoal, mas o cotidiano da sociedade como um todo. Isso contribui para posicionar as mulheres como sujeitos que constroem e interferem na política e na economia.

Esse processo está conectado à transformação da consciência, porque passamos a compreender melhor que a maneira como experienciamos a vida é condicionada por um conjunto de situações que são socialmente construídas e passam por mudanças ao longo da história. Isso tem sido um tema-chave no tempo em que vivemos, com o avanço do **neoliberalismo** e o aumento da propagação de falsas saídas individuais para questões coletivas. Um ponto de atenção quanto a isso é notar que nenhuma experiência é idêntica a outra, mas elas se entrelaçam. Este aspecto é muito importante para a consolidação de grupos ou coletivos de mulheres: é preciso dar espaço para que a diversidade das mulheres seja uma fortaleza do grupo.

Construindo a atividade

Preparação e mobilização: escolha do tema e das atividades

A preparação das atividades de formação tem a ver com uma combinação de fatores. Antes de tudo, é necessário considerar as necessidades concretas das mulheres participantes e como a intenção política de abordar alguns assuntos se entrelaça a essas necessidades. Podemos levantar temas de maneira coletiva em alguma reunião, como passar uma caixinha de dúvidas para que sejam sugeridos temas para trabalhar em conjunto, e combinar coletivamente qual a prioridade naquele momento.

Toda atividade, mesmo que seja muito desejada pelas pessoas que a sugeriram, requer uma mobilização articulada ao objetivo da proposta. Se a

Neoliberalismo:

forma como o capitalismo se reorganizou a partir dos anos 1990, com efeitos da globalização e de sua expansão após a queda do Muro de Berlim, em 1989. O neoliberalismo aprofunda desigualdades, desmonta políticas públicas e intensifica a exploração do trabalho e da natureza nos países do Sul Global. O neoliberalismo se atualiza e, atualmente, é um sistema cada vez mais dominado pelo capital financeiro, que se alimenta abertamente do autoritarismo, do conservadorismo e dos ataques à democracia ao redor do mundo, inclusive promovendo guerras, genocídios e conflitos armados.

formação é para um grupo que já está organizado e quer se apropriar mais de determinado tema, ou se o intuito é ampliar a participação, acolhendo mulheres que ainda não participaram de nenhuma roda ou que estão começando a se organizar em um grupo, tudo isso muda como mobilizamos para a atividade. Pode ser um lembrete num quadro de avisos da associação, um recado por mensagem ou uma ligação por telefone.

Para atividades mais amplas, podemos utilizar cartazes em lugares públicos e/ou redes sociais virtuais. Nesses casos, faz bem sinalizar que trata-se de um grupo de mulheres ou de uma atividade para mulheres. Podemos também combinar mais de um jeito de realizar a mobilização. Muitas vezes, usamos espaços de rodas de conversas ou aulas públicas como parte de um processo de mobilização para alguma ação, como a Marcha das Margaridas ou o dia 8 de Março – Dia Internacional de Luta das Mulheres.

A cada três anos, desde o ano 2000, acontece a Marcha das Margaridas, a maior manifestação de mulheres rurais da América Latina. As principais bandeiras das mulheres dos campos, das águas e das florestas são: justiça social, democracia, autonomia, igualdade e liberdade. As Margaridas elaboram plataformas políticas pautando: reforma agrária; soberania alimentar; valorização do trabalho das mulheres; direitos trabalhistas, sociais e previdenciários; valorização do salário mínimo; educação e saúde pública no campo; combate à violência; agroecologia e sustentabilidade; economia solidária etc. A Marcha acontece sempre em agosto, marcando a data do assassinato da liderança sindical Margarida Maria Alves, que ocorreu em 12 de agosto de 1983, na Paraíba. A preparação e mobilização da Marcha envolvem muitos movimentos, organizações e sindicatos e se mantêm em um processo amplo e contínuo por todo o país. A Margarida que os poderosos quiseram calar espalhou sua semente.



Foto: Isadora Mendes

A escolha dos temas e das atividades deve ser coletiva e articulada aos objetivos de cada proposta. É bom que a multiplicadora possa ter vivenciado a experiência de formação que propõe e que, estando em coletivo, possa trocar de papel com outras. Isso permite a autorreflexão, que contribui para elaborar coletivamente e perceber outros aspectos na dinâmica do grupo.

Além de uma oficina ou aula, consideramos que uma atividade de formação pode ter muitos formatos:

- Vídeos e filmes seguidos de debates;
- Aulas públicas em praças;
- Parte da programação de uma reunião organizativa;
- Participar de maneira organizada de um ato de rua.

Essas são algumas entre tantas outras formas de organizar uma formação. Não existe um formato ideal para abordar um tema ou um público, essa escolha está totalmente ancorada em quem participará da atividade e no objetivo organizativo que a atividade de formação quer propor. Por exemplo, em um grupo em que o objetivo seja estreitar laços para que as mulheres estabeleçam mais confiança em colocar suas opiniões, podemos pensar em ler juntas algum material e, em seguida, fazer uma rodada em que cada uma compartilha o que entendeu e como o conteúdo dialoga com o seu cotidiano. O objetivo, nesse caso, é aumentar a autoconfiança das participantes e a percepção de que suas reflexões podem ecoar em outra pessoa e ganhar novos sentidos, construindo juntas um conhecimento comum.

Mesmo diante de uma diversidade tão grande de formatos e atividades, apostamos em alguns caminhos para estarmos atentas a boas formas de conduzir um grupo, conforme descreveremos a seguir.

Primeiros passos: acordos e combinados

“ Em todo processo educativo é importante estabelecer combinados, relativos por exemplo à pontualidade, à divisão de tarefas, ao tempo e à participação. Devemos combinar, por exemplo, que a palavra tem que ser socializada. Esses combinados nos dão os elementos para pensar todas as questões que precisam ser desenvolvidas no grupo. Em um processo mais longo esses combinados devem ser, além de registrados, rememorados.

Num processo longo, a dinâmica do grupo pode ser mais intensa, podem emergir conflitos e tensões. Pensar sobre esses combinados exige sensibilidade: quando trabalhamos a partir das experiências nos grupos sobre feminismo, racismo e vivência **LGBT+**, estamos trabalhando com temas muito sensíveis. Por isso, é sempre muito importante que, entre esses combinados, exista um acordo de sigilo: aquilo que as pessoas contam da sua experiência — por exemplo, se alguém foi vítima de violência — é um sigilo entre as participantes. O que poderemos socializar e discutir com outras pessoas é a reflexão adquirida e compartilhada. Todas as pessoas precisam se sentir seguras para poder falar, sabendo que suas questões pessoais não serão apontadas ou documentadas sem sua vontade.”

Formação para a transformação: metodologias feministas, por Nalu Faria

A sigla **LGBT+** se refere ao conjunto de pessoas cuja existência desvia da norma padrão de gênero e sexualidade, como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, pessoas queer, não binárias, pansexuais, intersexo e assexuais.

Mesmo em atividades com menos tempo de duração, é essencial garantir o combinado do sigilo. Há situações em que as mulheres já se conhe-

cem de outros espaços ou pertencem ao mesmo grupo familiar. Portanto, é muito importante reafirmar esse compromisso. Outro compromisso importante é o de se concentrar ao máximo no que será desenvolvido conjuntamente. Por exemplo, podemos combinar de verificar mensagens no celular apenas durante os intervalos ou que atenderemos ligações apenas em casos de urgência. No caso das mulheres, percebemos que o uso do celular durante as atividades está frequentemente associado à responsabilização contínua pelos trabalhos de cuidado, como no caso do monitoramento constante, mesmo que virtual, de pessoas sob sua responsabilidade. Trazer temas como esse para o grupo e buscar soluções coletivas pode ser uma saída eficaz para o problema.

Participação

“ O nosso papel, como educadoras e facilitadoras, é garantir que o grupo seja realmente participativo. Para isso, é muito importante focar na dinâmica e nas relações. No trabalho em educação popular, a preocupação não é só como desenvolver os conteúdos, mas observar como o grupo está funcionando, como as pessoas do grupo estão se relacionando e como esse grupo é, de fato, um grupo, e não uma somatória de pessoas.

Isso passa justamente pela construção de confiança, de vínculo, da sensação de segurança. Por isso é tão importante, logo no início de qualquer atividade, fazer um momento de apresentação: para as pessoas se reconhecerem, se perceberem e irem construindo vínculos e relações.”

Formação para a transformação: metodologias feministas, por Nalu Faria

Como parte da apresentação, podemos sugerir que as participantes compartilhem suas expectativas para aquele curso ou atividade. Essa tarefa tem como objetivo trazer mais elementos para a multiplicadora sobre as vontades do grupo e ajudar a apresentar o objetivo da atividade. É importante que, após todas falarem, a multiplicadora explique o objetivo coletivo a partir do que foi dito, evitando apresentar sua expectativa pessoal. Isso porque a posição da multiplicadora por vezes pode soar como uma “resposta correta” ou “gabarito” das perguntas lançadas ao grupo, reforçando hierarquias. Ao final da atividade, podemos usar como parâmetro as expectativas levantadas para avaliar o trabalho feito em conjunto.

“ Nesse sentido, é importante refletir sobre nossa posição no grupo. Na educação popular questionamos e propomos romper com as hierarquias. Ainda assim, nós, educadoras, temos um papel e uma posição diferente no grupo. Temos a responsabilidade de conduzir esse grupo, de ser a pessoa que ajuda a construir elos e relações de confiança. Por isso, muitas vezes as pessoas tendem a perguntar para a educadora. Muitas vezes, nosso papel é mais o de perguntar do que trazer as respostas; é mais o de comentar para que as pessoas possam falar e trocar as suas impressões e ideias.”

Formação para a transformação: metodologias feministas, por Nalu Faria

Para dar seguimento a esses princípios, pensamos a atividade de formação em três momentos:

“O primeiro momento da formação, que chamamos de **acolhida**, é o momento da chegada, que serve para eliminar o campo tenso. Cada pessoa chega com suas angústias e ansiedades. A acolhida é o momento para concentrar as pessoas, trazê-las para aquele momento.

Em uma atividade de formação, geralmente usamos a acolhida para o trabalho e consciência corporal, que pode acontecer de várias formas, como uma massagem ou uma dança. É o momento de trabalhar dinâmicas que reforcem os vínculos no grupo. Um exemplo de dinâmica que fizemos era uma caixinha surpresa, na qual pedimos para cada pessoa escrever uma qualidade de quem estava à sua direita e uma qualidade de quem estava à esquerda. Depois, sorteamos as qualidades e perguntamos ao grupo quem tem essa qualidade ou virtude. Dessa forma, as pessoas vão reconhecendo essas qualidades e virtudes em mais pessoas, para além daquelas da primeira etapa da dinâmica.

Depois de cada dinâmica perguntamos como as pessoas se sentiram. Essa pergunta traz a percepção sobre o momento — se foi bom, se foi construtivo, traz a dimensão subjetiva e nos dá elementos do que é preciso trabalhar. Falar do sentimento é uma forma de trabalhar a subjetividade e ter elementos para manejar com as relações no grupo.”

Formação para a transformação: metodologias feministas, por Nalu Faria

Em relação às atividades corporais, devemos nos atentar para a necessidade de estabelecer intimidade e confiança antes de determinadas propostas, considerando que cada uma tem seus limites e mais ou menos intimidade umas com as outras e com o próprio corpo. Uma boa prática inicial, por exemplo, é sugerir a automassagem para estimular a autopercepção do próprio corpo. Também podemos propor exercícios simples de alongamento corporal e exercícios de respiração. Em contextos muito agitados, como nos centros urbanos, a respiração prolongada com atenção pode proporcionar uma concentração maior no presente.

Em processos mais longos, se houver abertura do grupo, podemos propor massagem em duplas ou danças em conjunto. De todo modo, é importante notar como está o ânimo das participantes, se o grupo está mais relaxado e/ou o contexto é mais calmo, por exemplo, exercícios que mobilizem atenção e mais agilidade são mais interessantes, como a divisão de grupos com a dinâmica das bexigas, que será explicada a seguir.

“O segundo momento é o do desenvolvimento do tema. Nele, partimos de uma dinâmica dividindo o grupo em vários minigrupos. Existem várias maneiras de propor que os minigrupos tragam reflexões iniciais: podem criar uma cena de teatro, fazer colagem com recortes de jornais, criar um programa de rádio. Depois que o grupo apresenta, é importante ter tempo para conversar sobre o que o grupo trouxe e como se sentiu ao fazer essa tarefa. Além de refletir sobre o conteúdo, elas estão desenvolvendo a sua criatividade e espontaneidade. A educadora pode olhar se todo mundo está participando, se há engajamento, se tem alguém que está ficando de fora, se há dúvidas. No final desse momento, é feita a sistematização e aprofundamento do tema. O desenvolvimento do tema não está dado de antemão: ele se transforma e se define conforme a discussão.”

Formação para a transformação: metodologias feministas, por Nalu Faria

Indicamos algumas alternativas para a divisão de minigrupos:

1. Dar um número a cada participante em sequência na roda. Assim, se desejamos formar cinco grupos, cada participante fica com um número de um a cinco (1, 2, 3, 4 e 5). Ao final da rodada, todas as que tiverem o mesmo número ficam no mesmo grupo. Nessa forma de separação, ajudamos a misturar mais as mulheres que se encontram distantes umas das outras.
2. Em bexigas coloridas e vazias, inserir papéis com nomes de flores ou animais (por exemplo: Camélia, Margarida, Rosa, Girassol). Cada participante enche a sua bexiga e, em seguida, todas começam a brincar juntas de não as deixarem cair. Depois de misturadas, cada participante pega uma bexiga e estoura para ler o que está escrito no papel e descobrir a qual grupo pertence.
3. Pedir para que caminhem pelo local da atividade, se olhando e se percebendo no espaço. Em determinado momento, a multiplicadora vai pedir para que parem e observem as cinco pessoas que estão ao redor: serão essas que farão o grupo juntas.
4. Em um saquinho, colocar sementes de tipos diferentes, pensando na quantidade de grupos desejada. Cada participante sorteia uma semente que dará nome ao minigrupo. Essa proposta pode ser feita com tipos de folhas, símbolos, cores, entre outros elementos.
5. Caso tenha pouco tempo para formar os grupos, é possível fazer “cochichos”, isto é, conversas de 5 a 10 minutos em duplas ou trios. Podemos juntar pessoas que estão próximas ou fazer um jogo rápido de **troca de cadeiras** antes de começar o “cochicho”.

Os jogos de **trocas de cadeiras** podem ser diversos. Por exemplo: propomos que todas as mulheres que estão usando uma determinada cor de roupa ou que vem de determinado lugar troquem de cadeira. Assim, misturamos mais a roda para em seguida dividi-la em grupos menores — de três em três pessoas, por exemplo.

É importante lembrar que escolher uma ou outra opção dependerá sempre do objetivo da atividade. Podemos desenvolver melhor alguns assuntos se estamos mais envolvidas com as colegas ao nosso lado, porém, ao mesmo tempo, a intimidade pode dispersar para outros assuntos que não o debate do tema.

A divisão da atividade por temas pode ser uma opção a depender do objetivo do debate. Em processos mais longos, é importante revezar a conformação dos minigrupos para garantir que haja socialização maior entre as participantes, não apenas entre quem já tem ou criou mais intimidade.

Em cada capítulo temático, apresentaremos as atividades que usamos para propor as reflexões iniciais que aconteceram, em sua maioria, em minigrupos durante o Ciclo de Formação em Economia Feminista. São apenas alguns exemplos que mobilizam a criatividade das mulheres. Lembramos que é possível misturar e inventar novas atividades, sempre de acordo com o grupo e os objetivos coletivos.

Sobre o aprofundamento do tema, é importante que a multiplicadora parta das falas e questionamentos trazidos pelas participantes nos grupos, articulando-os ao seu conhecimento prévio, construído a partir da leitura dos conteúdos. Nesse sentido, a depender do tempo disponível, é possível experimentar fazer uma fala mais curta com pontos-chave para garantir um tempo para o debate final.

“O último momento é a avaliação. É importante não terminar um processo de formação sem avaliação, mesmo que seja em uma palavra. Essa avaliação vai apresentar como o grupo se sentiu e o que ficou. Também é um momento oportuno para conversar sobre a metodologia trabalhada. É uma forma de aprender o que é metodologia e desmistificá-la, entendendo que ela pode ser um assunto de todas.”

Formação para a transformação: metodologias feministas, por Nalu Faria

Como já foi dito, a multiplicadora deve estar atenta ao que é apresentado pelas mulheres. Realizar uma boa avaliação com as participantes da atividade é base essencial para isso, assim como para apontar os próximos caminhos. Em todas as reuniões de acompanhamento que fizemos com as multiplicadoras do Ciclo de Formação em Economia Feminista, o próximo passo a ser tomado após a atividade finalizada veio a partir da roda de avaliação, seja com as participantes ou entre as organizadoras.

Ser educadora também é se transformar

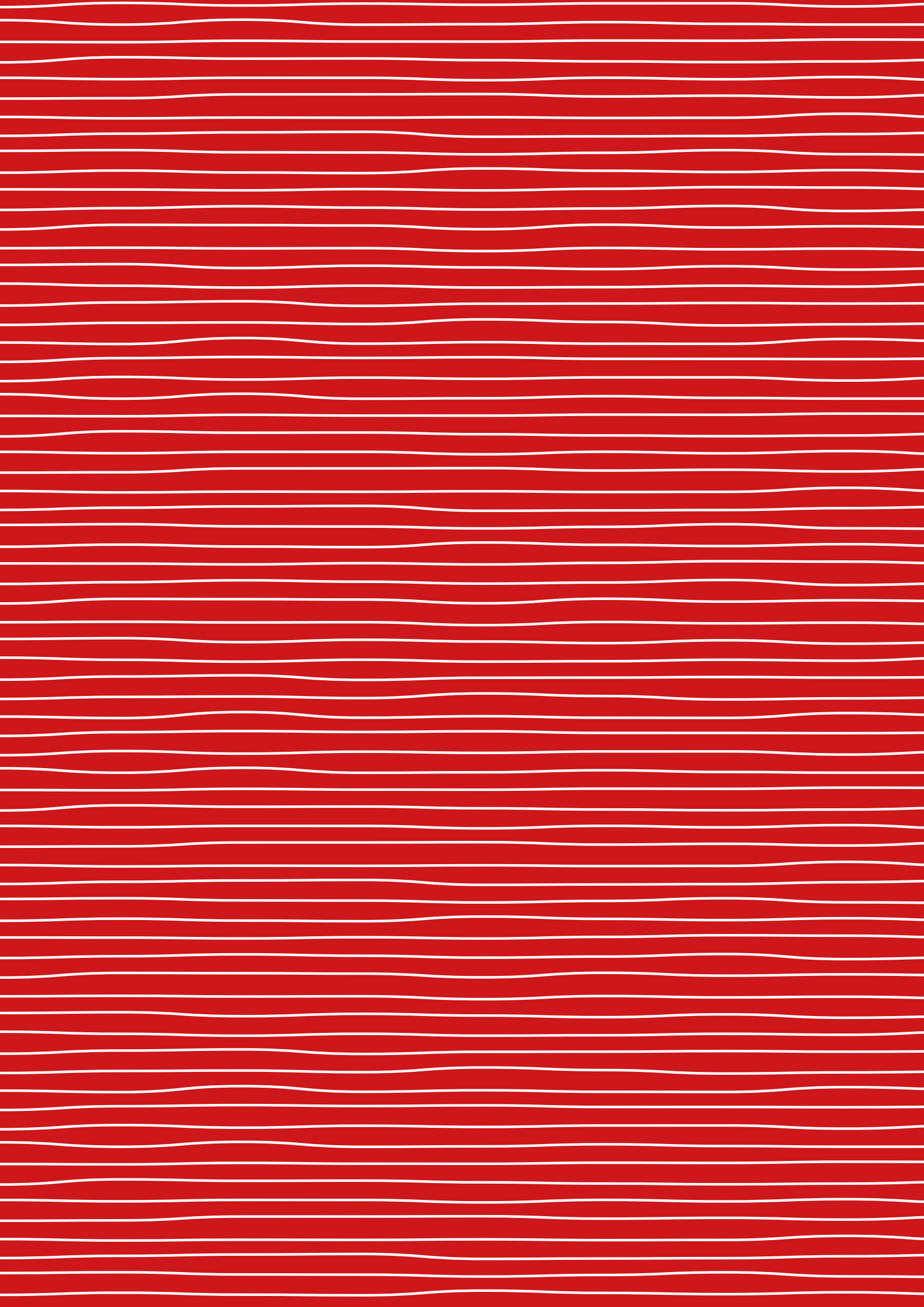
“ Uma educadora precisa ter flexibilidade e paciência. Isso passa por um profundo processo de autoconhecimento nosso, que vai se constituindo. Por isso, é muito importante termos um momento também para avaliarmos nossas próprias práticas. No movimento, na equipe com quem trabalhamos, devemos pensar sobre o que funciona ou não, inclusive para percebermos as partes que são difíceis para nós. Por exemplo, às vezes, em um grupo, temos mais paciência com algumas pessoas do que com outras. É importante procurarmos entender, dentro de nós, como opera a nossa paciência.

Faz parte desse processo de autoconhecimento identificar nossas dificuldades e como elas também influem na dinâmica do grupo. Isso também ocorre em relação aos conflitos no grupo. Não podemos pensar que podemos resolver todos os conflitos do grupo, mas podemos criar espaço para conversar sobre eles. A formação deve ser um espaço onde as pessoas podem expressar sua percepção e, a partir disso, buscar elementos para resolvê-los, de forma coletiva, aprendendo com o processo.”

Formação para a transformação: metodologias feministas, por Nalu Faria



Foto: Acervo SOF





Trabalho e relações sociais de gênero, raça e classe

Por que certas tarefas são consideradas “coisa de mulher” e outras “coisa de homem”? Por que as mulheres costumam ganhar menos que os homens, mesmo fazendo trabalhos parecidos ou até mais difíceis? Por que o trabalho doméstico e de cuidados continua sendo responsabilidade das mulheres?

Essas perguntas têm uma resposta. E essa resposta não está na biologia, na natureza, ou no “jeito de ser” de cada pessoa, mas na forma como a sociedade foi organizada ao longo da história e como essa organização continua sendo mantida e atualizada.

Muita coisa ainda não mudou. E para entender o porquê, precisamos falar sobre **relações sociais de gênero, raça e classe**, sobre **divisão sexual e racial do trabalho** e sobre **a forma como o patriarcado, o racismo e o capitalismo se combinam** em um sistema que organiza o mundo tal como ele é. Precisamos entender quais são as bases materiais da opressão das mulheres.

Mas, afinal, como podemos entender o que é gênero?

A palavra **gênero**, em português, tem como origem a gramática, que classifica as palavras como “masculinas” ou “femininas”. A partir disso, a sociedade também passa a classificar pessoas, comportamentos e trabalhos dessa forma. Isso significa que **gênero é uma construção social** e não uma determinação biológica. E essa construção é determinada pelos diferentes modos como cada sociedade, em cada momento da história, lê a natureza e confere significados a ela. Em outras palavras, “ser mulher” é determinado pelas normas e regras que a sociedade constrói sobre o que deve ser uma mulher; o que, por sua vez, está sempre em relação com o que é “ser homem”. Por isso, é importante compreender que falamos de **relações sociais de gênero**, e não apenas de gênero como uma categoria ou um conceito.

Daniele Kergoat é uma socióloga francesa que contribuiu muito para a compreensão das relações sociais de gênero.

Para ela:

“Estas relações se manifestam em práticas concretas de organização do trabalho, distribuição do tempo, acesso a recursos e reconhecimento social que são cristalizadas em normas e instituições como a família, as religiões, o Estado. As relações sociais de gênero nesta dupla dimensão: interação e relação de poder nos permitem não reduzir as desigualdades de gênero a comportamentos e escolhas individuais nem tampouco supor que se trata de uma estrutura rígida que ignora as variações concretas das experiências e as possibilidades de ação dos sujeitos.”

Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho são dois termos indissociáveis: a divisão sexual do trabalho é o que está em jogo nas relações sociais de gênero. Ou seja, as relações sociais de gênero “tem uma base material”, não sendo unicamente ideológicas. São históricas, econômicas, e dizem respeito a relações de poder e dominação. A “mudança de mentalidades” jamais acontecerá espontaneamente se estiver desconectada da divisão sexual do trabalho.

As relações sociais de gênero, classe e raça são inseparáveis

A construção social de gênero e seus estereótipos têm uma base comum, mas assumem formas distintas conforme a classe (se a mulher pertence à classe trabalhadora ou é burguesa), e a raça (se ela é branca, negra ou indígena). Em outras palavras, as relações sociais de gênero não existem separadas das relações de classe e de raça, mas elas se “coproduzem mutuamente”. Esse pensamento é muito próximo do que feministas negras, como Patricia Hill Collins e Lélia Gonzalez, chamam de **interseccionalidade**.

É comum escutar que as mulheres começaram a trabalhar fora de casa nos anos 1970. Mas as mulheres negras sempre trabalharam ao longo da história do Brasil, desde o período da escravidão, seja na lavoura, na costura ou no cuidado das famílias brancas. E mesmo os relatos históricos de que as mulheres europeias foram convocadas ao trabalho fabril no início da Revolução Industrial escondem que elas já trabalhavam na agricultura e nos ofícios antes disso.

Isso não significa que uma relação social seja mais importante ou deva vir “antes” da outra. Quando as mulheres se organizam para reivindicar melhores salários, denunciar a violência ou lutar por direitos, elas o fazem enquanto mulheres, trabalhadoras e mulheres negras ao mesmo tempo. E é por isso que a luta do feminismo popular tem alcance universal: pretende mudar o mundo e a vida das mulheres em um só movimento, e isso envolve enfrentar e superar todas as formas de exploração e opressão.

Existe uma consequência política dessa compreensão: não existe uma contradição principal e outras subordinadas. São relações sociais substanciais e isso significa que as organizações e movimentos sociais de-

Interseccionalidade

é a ferramenta analítica e prática política que parte da experiência de grupos historicamente marginalizados, em especial mulheres negras, para entender e desmontar complexas estruturas de poder que articulam raça, gênero, classe, sexualidade e nacionalidade na produção de desigualdades. É possível ler mais sobre no livro *Interseccionalidade* (2021), de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge.

vem construir suas agendas políticas sem hierarquizar os sujeitos políticos e suas lutas. E, no processo de organização e luta, também devem enfrentar as desigualdades e relações de poder que existem dentro da própria classe trabalhadora.

Metodologias para refletir sobre as relações sociais no território e a divisão sexual e racial do trabalho

Abaixo apresentamos duas metodologias complementares para refletir sobre as relações sociais de gênero, raça e classe e sobre a divisão sexual do trabalho:

Representação do bairro/comunidade onde vivem

No curso de multiplicadoras realizado em 2025, as mulheres foram divididas em grupos e cada um deles recebeu a tarefa de desenhar o bairro ou a comunidade onde vive. O desenho não precisava ser perfeito, a ideia era que as mulheres representassem o que conheciam de verdade: a rua, a feira, a boca, o rio que secou, a horta da vizinha, a praça onde as crianças brincam... O que tem lá? O que faz parte da vida de quem mora ali?

Nesse processo, elas identificaram desigualdades entre bairros, cidades e territórios e puderam representar elementos de seu cotidiano, como igrejas, unidades de saúde, escolas, ruas sem calçamento, campos ou quadras de futebol. Identificaram também riachos que um dia foram limpos e que hoje são uma “vala poluída”, pessoas em situação de rua e a ausência de áreas de lazer onde se sentem à vontade para estar, bem como de praças, áreas verdes, creches, serviços públicos, transporte público aos finais de semana e equipamentos culturais acessíveis.

No mesmo trabalho foi acrescentada uma camada a mais: com massinhas de modelar, o grupo deveria construir as pessoas que habitam ou frequentam esses lugares e posicioná-las no mapa que desenharam. A pergunta que guiou essa etapa foi: onde estão as mulheres? Onde estão os homens? O que cada pessoa está fazendo?

O exercício evidencia que os homens estão mais presentes nos espaços públicos, como ruas e praças, mas também em lugares de lazer como bares e quadras de futebol. Os homens também aparecem mais em postos de gasolina, lotéricas, feiras, além de ocuparem “lugares de poder” nas igrejas evangélicas, mesmo que a base da igreja (fiéis) seja composta em sua maioria por mulheres. As mulheres são menos visíveis nos espaços públicos de lazer, raramente estão nos bares ou quadras sozinhas, mas aparecem em parquinhos infantis, cuidando das crianças. Os espaços públicos que elas mais frequentam são os serviços públicos de saúde, educação e assistência, ou seja, os lugares públicos destinados ao cuidado.

Por meio do debate em grupo, as participantes percebem como as mulheres se deslocam a todo tempo, seja para acompanhar crianças, ir às com-

pras ou oferecer produtos para venda. E como, em contrapartida, tendem a permanecer mais tempo em espaços fechados, tais como a casa, o trabalho e a igreja.

A separação entre espaço público e espaço privado é uma característica da organização patriarcal da sociedade. O espaço público — a rua, a política, o trabalho remunerado, os lugares de poder e decisão — foi historicamente construído como território masculino. Já o espaço privado — a casa, a família, os ambientes de cuidado — foi definido como o lugar “natural” das mulheres.

Essa separação não é só simbólica. Ela organiza a vida concreta de todas nós. É por causa dela que as mulheres ainda ocupam tão poucos espaços de poder e decisão, tanto no setor privado quanto no público. E isso não é apenas porque elas têm menos tempo, embora isso também seja verdade, mas porque esses espaços foram construídos tendo como referência a presença dos homens e os valores patriarcais.

A dinâmica do relógio

Nesse mesmo curso, as participantes foram convidadas a desenvolver a dinâmica do relógio. Em um primeiro momento, foi pedido que elas imaginassem uma mulher e a descrevessem, dando-lhe nome, idade, profissão, orientação sexual, se teria filhos, se seria casada etc. Em seguida, desenharam um relógio analógico e preencheram com todas as atividades que essa mulher faria, desde o despertar até o momento de se deitar. Por fim, fizeram o mesmo exercício, mas imaginando o perfil de um homem.

O que o exercício revela é que uma mulher vive “três dias em um”, sem tempo de descanso. Elas acordam mais cedo e dormem mais tarde, acumulam várias tarefas ao mesmo tempo — enquanto fazem a janta, acompanham a lição dos filhos; enquanto se deslocam, já estão resolvendo problemas por telefone —, e têm pouco ou nenhum tempo de descanso e lazer.

Os homens, em geral, têm mais tempo livre ao final do dia e não se responsabilizam por buscar os filhos na escola, nem pelo preparo do jantar e pela limpeza e organização da casa e das roupas.

O número de horas de trabalho remunerado das mulheres aumentou, mas isso não implicou uma redistribuição do trabalho doméstico e de cuidados. Os homens, em geral, continuam se dedicando muito pouco a essas tarefas. Quando o fazem, muitas vezes escolhem as mais leves ou as mais visíveis, como o churrasco de domingo e o passeio com os filhos, e evitam as invisíveis, como a limpeza diária da casa. O resultado é que as mulheres vivem jornadas múltiplas e simultâneas.

Esse acúmulo de tarefas gera adoecimento físico e mental. Por isso, reconhecer e desnaturalizar esse desgaste é o primeiro passo para transformar a realidade, entendendo que **aquilo que parece “normal” — a sobre-**

carga, a falta de tempo, a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado — não é natural.

Uma questão trabalhada no curso foi a reflexão sobre se, na dinâmica do relógio, as opressões vividas pelas mulheres se alterariam a depender da personagem escolhida, isto é, se se tratasse de uma mulher lésbica ou uma mulher transsexual, por exemplo. A partir do debate, chegou-se ao entendimento de que, embora existam elementos específicos nas formas de manifestação da opressão, a divisão sexual e racial do trabalho é a base material das relações sociais de gênero e raça como um todo, operando hierarquias e separações que recaem sobre o tempo, o trabalho e os corpos de todas as mulheres.

Isso significa que mulheres lésbicas, mesmo não vivendo com homens, também são sobrecarregadas pela responsabilização das tarefas de reprodução que o conjunto da sociedade não assume fora dos domicílios, além de viverem um cotidiano marcado pelo trabalho, pela exploração, pelos baixos salários e pelos riscos de violência, muitas vezes até ampliados. Isso também é vivenciado pelas mulheres transsexuais, submetidas a diversas formas de exploração, violência, precarização e ao risco permanente do transfeminicídio.

A divisão sexual e racial do trabalho

A divisão sexual e racial do trabalho é a forma como a sociedade organiza quem deve fazer o que. Essa divisão funciona a partir de dois princípios:

1. **Separação:** entre o “trabalho de homem” e o “trabalho de mulher”; se refere tanto ao tipo de trabalho, como aos espaços e esferas em que esse trabalho acontece: no espaço público ou nos domicílios, na esfera da produção ou da reprodução.
2. **Hierarquização:** o trabalho dos homens e o de pessoas brancas é considerado mais importante e valioso que o de mulheres e pessoas negras, tanto socialmente como do ponto de vista da remuneração. Além disso, parte do trabalho (doméstico e de cuidados) que as mulheres realizam muitas vezes nem é considerado trabalho.

Essa divisão não surgiu naturalmente, como já vimos, mas foi construída ao longo da história. Uma das formas mais comuns de sustentá-la é dizer que ela é “natural”, como se a ciência ou a biologia pudessem justificar que as mulheres são mais cuidadosas ou mais aptas a realizar tarefas domésticas. Mas isso é uma justificativa ideológica, não um fato.

Com a formação do capitalismo, houve um processo de reorganização da reprodução social. Além disso, o conceito de trabalho foi reduzido àquilo que gera dinheiro no mercado. Assim, o que não é pago não é considerado trabalho. Mas e toda a energia necessária para manter a vida? Quem cozinha, limpa, cuida dos filhos, acompanha os idosos, lava a roupa, entre muitas outras tarefas, para que todos os outros possam trabalhar em troca de um salário?



A pesquisa *Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres 5 anos depois do início da pandemia*, organizada pela SOF e pela Gênero e Número, e apoiada pelo Ministério da Mulher, apurou que, em 2025, 60% das mulheres sentem cansaço e dor física intensa pelo acúmulo de trabalho, que se divide entre trabalho remunerado, doméstico e de cuidados. Além disso, atestou que 43% das mulheres são responsáveis sozinhas pelo trabalho doméstico e de cuidados. Acesse os resultados da pesquisa em:



A divisão entre as esferas de produção e reprodução se organiza muitas vezes em espaços diferentes: de um lado, o escritório, a fábrica, a roça; do outro, a casa, o quintal, a cozinha. Mesmo na agricultura familiar, em que é mais difícil separar o que se produz para vender do que será destinado ao consumo da família, existe essa separação. A roça é o espaço prioritário dos homens, e o trabalho das mulheres ali é chamado de “ajuda”, mesmo que elas cheguem e saiam junto com seus companheiros.

O trabalho doméstico tem uma característica que o torna ainda mais difícil de valorizar: ele se refaz constantemente. Costumamos dizer que o trabalho doméstico só é visto quando não é feito. O chão limpo ficará sujo de novo. A comida preparada será consumida. A roupa lavada será usada. Muitas agricultoras dizem que preferem carpir a lavoura e ver ao final do dia o resultado do seu trabalho do que estar o tempo todo limpando o chão que logo estará sujo.

O trabalho doméstico exige tempo, energia, atenção e planejamento. E o trabalho do mercado não existe sem o trabalho doméstico e de cuidados. Um não funciona sem o outro. A diferença é que o segundo é feito principalmente pelas mulheres, dentro de casa, é invisibilizado e não é reconhecido como trabalho.

Um exemplo concreto pode ajudar a entender melhor essa questão. Quando uma empresa oferece benefícios a seus empregados, tais como auxílio-creche, refeições no trabalho, lavagem de uniforme, ela está, na prática, pagando por parte do trabalho reprodutivo que seria feito gratuitamente pelas mulheres. Quando esses benefícios são cortados em nome da redução de custos, quem paga a conta são as mulheres, que veem seu trabalho doméstico aumentar: devem preparar as marmitas, lavar as roupas de trabalho, encontrar outra solução para as crianças.

Nesse sentido, o **tempo** que as mulheres dedicam a esse trabalho não pago aumenta o lucro dos patrões. Assim, podemos concluir que o trabalho doméstico não é uma questão individual e familiar, mas uma questão econômica e política.

É fundamental, ainda, reafirmar como a divisão sexual se combina com a divisão racial do trabalho. No Brasil, o racismo estrutural faz com que mulheres negras estejam concentradas nos trabalhos mais precarizados e menos valorizados: trabalho doméstico remunerado, cuidado de outras famílias, serviços de limpeza. As desigualdades salariais entre homens e mulheres existem em geral, mas elas tocam mais profundamente as mulheres negras, que ganham ainda menos que as mulheres brancas. Os homens negros, muitas vezes, também recebem menos que as mulheres brancas.

Ao mesmo tempo, o capitalismo demanda cada vez mais uma mão de obra flexível como é a das mulheres, enquanto os homens, em geral, continuam sendo liberados do trabalho doméstico e de cuidados, que segue

sendo assumido majoritariamente por mulheres. Há uma continuidade entre o trabalho doméstico não remunerado e o trabalho doméstico e de cuidados mal remunerado e sem direitos garantidos, feito principalmente pelas mulheres negras.

A divisão sexual e racial do trabalho tem um grande impacto na autonomia econômica das mulheres. Mesmo com mais mulheres no mercado de trabalho formal e informal, a realidade ainda é marcada por diferenças salariais, maior desemprego, acesso a empregos precários, além de jornadas parciais de trabalho, necessárias para que possam equilibrar o tempo de trabalho remunerado com as tarefas de cuidado.

As habilidades que as mulheres desenvolvem no trabalho doméstico e de cuidados, como destreza, paciência, atenção ao detalhe e capacidade de realizar várias tarefas ao mesmo tempo, são aproveitadas pelo mercado em setores como a indústria microeletrônica, a farmacêutica e a agroindústria. Mas as mulheres não são mais bem remuneradas por isso. Essas capacidades aparecem como se fossem características “naturais” do feminino e, por essa razão, não são valorizadas nem bem pagas.

Quando as empresas precisam de muitas mulheres com essas habilidades, elas as treinam, mas escondem o que seria uma qualificação profissional atrás de discursos de formação de “boas esposas e mães”. Um exemplo são **algumas empresas japonesas** que ensinavam arranjos florais tradicionais a filhas de camponesas para treinar os gestos finos necessários para a microeletrônica, sem nunca chamar isso de qualificação.

O mercado de trabalho é organizado pela divisão sexual e racial do trabalho, criando segregações. Há um conjunto de profissões reservadas às mulheres: professoras primárias, enfermeiras, cuidadoras. Elas cumprem um papel essencial para o bem-estar de toda a sociedade, mas estão entre as profissões mais mal remuneradas.

Isso acontece por três razões que se combinam.

1. Muitas mulheres disputam as mesmas funções, o que aumenta a oferta de mão de obra e faz o salário cair.
2. Essas funções exigem habilidades que foram naturalizadas como femininas — assim, ao esconder a qualificação necessária para realizá-las, justifica-se não as pagar bem.
3. Às vezes é mais simples de entender do que parece: essas funções são feitas por mulheres devido simplesmente à pura discriminação.

A discriminação é, assim, direta e sem justificativa. Não se trata apenas de as mulheres serem “mais exploradas” do que os homens. Elas são exploradas de maneira diferente — e é essa diferença que precisa ser nomeada, analisada e combatida.

Recomendação de leitura: *Nova divisão sexual do trabalho?*, de Helena Hirata

O livro traz elementos de uma pesquisa comparativa sobre o trabalho das mulheres no Japão, França e Brasil, observando desigualdades e precarizações.

“ Qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são ‘leves’ as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho ‘pesado’, menor para o ‘leve’, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe.”

O peso do trabalho leve (1987), de Maria Ignez S. Paulilo.

Heteronormati-

dade: imposição da heterossexualidade como única forma de existir, se relacionar e viver a sexualidade. Segundo essa norma, a relação entre homem e mulher é o padrão universal e a base da família, que também é vista como obrigatória. Dentro dessa estrutura, naturaliza-se a divisão sexual e racial do trabalho e o controle sobre os corpos e a sexualidade das mulheres e pessoas LGBTQ+. Enfrentar a heteronormatividade significa defender a autonomia sobre o corpo e a sexualidade como eixo da luta feminista, garantindo que todos os espaços de organização sejam livres de violência e exclusão.

A compreensão da divisão sexual e racial do trabalho como o que está em jogo nas relações sociais de gênero e raça é fundamental para a construção de agendas políticas do movimento de mulheres em direção a outra forma de organização da sociedade, colocando a sustentabilidade da vida como objetivo. A partir dessa materialidade, conseguimos refletir sobre o sistema de opressões em que vivemos e pensar em como desmantelá-lo.

Dessa forma, podemos compreender duas questões fundamentais da conjuntura política em que vivemos hoje. A primeira diz respeito à defesa, por parte de alguns setores da sociedade, de um modelo de família que não corresponde à realidade da maior parte das famílias brasileiras. Esse modelo é **heteronormativo** e baseado na premissa de que o homem é o provedor e a mulher a cuidadora. Até 1962, pelo Código Civil brasileiro, a mulher não podia exercer profissão, tomar crédito ou alienar bens sem o consentimento do marido. Em caso de discordância entre pai e mãe sobre qualquer questão relativa aos filhos, a decisão do pai prevalecia. As leis mudaram, mas o modelo não desapareceu. Ele continua presente nas relações cotidianas, nas decisões sobre o corpo — como a exigência de autorização do marido para fazer a laqueadura que existiu até 2023 — e na atuação política conservadora que ganha espaço no Congresso para atacar e reverter direitos conquistados pelas mulheres.

A realidade é que grande parte das famílias são sustentadas pelo trabalho das mulheres, que, como vimos, sustenta a economia e não é apenas complementar. Essa construção ideológica da família heteropatriarcal está relacionada ao fato de que, diante de tanta precarização do trabalho, da exploração como norma e do conflito do capital contra a vida, é o trabalho doméstico e de cuidados, realizado no âmbito familiar, que amortece a violência desse sistema sobre nossos corpos e nossa vida.

A segunda questão fundamental é compreender como a violência contra as mulheres está relacionada à manutenção dessa estrutura. Ou seja, a violência é um instrumento de controle e disciplinamento do corpo, do comportamento e do trabalho das mulheres para sustentar esse sistema e impedir que nós, individual e coletivamente, rompamos com os limites e barreiras impostas à nossa autonomia.

Mudanças e permanências

As relações sociais não são estáticas. Elas são dinâmicas e se atualizam com os processos históricos. Um exemplo: até o século XIX, e mesmo no início do século XX, no Brasil, era comum que mulheres das classes mais abastadas deixassem seus filhos sob os cuidados de uma mulher negra escravizada, de uma ama de leite ou preceptora. A ideia de que a mãe biológica é a responsável exclusiva pelo cuidado dos filhos até a idade adulta é um fato recente, resultado da construção da família burguesa como base da reprodução da vida sob o capitalismo. A compreensão da maternidade como um destino das mulheres também variou historicamente conforme a classe e, sobretudo, a raça. Nesse mesmo período histórico citado, o tempo das mulheres negras não podia ser destinado ao cuidado dos seus filhos, que desde muito cedo eram explorados no trabalho, mas a outros trabalhos, como o cuidado dos filhos das mulheres brancas.

As normas e imposições mudam ao longo da história e de uma cultura para outra. O que não muda é a ideia imposta de que existe uma forma certa de ser mulher e uma forma certa de ser homem. Nessa relação, o masculino é sempre tomado como referência. Em outras palavras, os homens são o padrão e as mulheres são “o outro”.

Em nossa sociedade, é muito forte a tendência de organizar o pensamento em pares opostos, como masculino e feminino, razão e emoção, cultura e natureza, forte e frágil, público e privado. Esses pares não são neutros. Eles estabelecem hierarquias, isto é, um lado vale mais do que o outro. “Masculino”, “razão” e “cultura” são associados ao progresso, ao avanço e à inteligência. Enquanto “feminino”, “emoção” e “natureza” são vistos como aconchegantes, mas, ao mesmo tempo, remetem à ideia de paralisia, de atraso e de mistério.

Essa forma de organizar o pensamento em pares opostos e hierárquicos é uma das marcas da cultura patriarcal. Essa cultura, como vimos, também é racializada. A ideia de que as mulheres são frágeis não corresponde ao que é imposto às mulheres negras, que, devido ao passado escravocrata do país, são associadas à força física e mesmo a maior capacidade de suportar a dor. Atualmente isso pode ser atestado, por exemplo, nas denúncias de que as mulheres negras são as que mais sofrem violência obstétrica no Brasil.

As relações sociais de gênero são relações patriarcais que conformam o sistema capitalista, racista e patriarcal. Ou seja, **o capitalismo é racista e é patriarcal, e não se sustenta sem essas relações de opressão.**

As relações patriarcais operam por meio de duas ideias fortes. A primeira é que as mulheres são propriedade dos homens e, por isso, devem estar sempre a seu serviço. Nesse sentido, os homens, como grupo social, têm privilégios diretos e se beneficiam com a divisão sexual do trabalho. O segundo é a divisão das mulheres em duas categorias opostas: as “santas” e as “putas”.

A imagem de “santa” é associada às mães, às virgens e às mulheres que se sacrificam pelos outros com abnegação. Já a imagem de “puta” é associada a qualquer mulher que vive sua sexualidade de maneira livre, que toma suas próprias decisões e assume suas escolhas.

Essas imagens estão bem distantes da realidade da maioria das mulheres, mas elas balizam a vida de todas nós. As mulheres que fogem da imagem da “santa” podem ser punidas, inclusive com violência, para que se lembrem do seu lugar. A punição de uma mulher é um recado para todas. E mesmo as que tem uma vida mais próxima a esse perfil também são alvo permanente de violência. Não é raro escutar histórias de homens que justificam a agressão às suas companheiras porque a comida não estava pronta ou porque o jantar queimou. Como se o cuidado fosse uma obrigação natural da mulher, e não o cumprir fosse uma falha que merece punição.

Os debates sobre aborto, sexualidade e identidade de gênero estão diretamente relacionados à manutenção da divisão sexual do trabalho. Uma mulher que decide sobre o próprio corpo e não coloca o homem no centro da sua vida está ameaçando a ordem estabelecida e, por isso, vira alvo. A violência contra mulheres lésbicas e transsexuais é resultado desse sistema que usa a violência, quando necessário, para manter quem “sai da linha” de volta ao lugar que lhe foi destinado.

O entrelaçamento das relações sociais de gênero, raça e classe também aparece no controle sobre o corpo das mulheres. As políticas de controle populacional têm como alvo preferencial mulheres negras e indígenas. É entre elas que é mais comum o uso de métodos contraceptivos que fogem ao controle das próprias mulheres, como esterilizações e implantes hormonais realizados sem informação adequada ou consentimento real. O controle do corpo não é separado do controle do trabalho. Ambos fazem parte do mesmo sistema, que decide quem pode reproduzir, quem deve trabalhar e em quais condições.

As relações sociais de gênero, raça e classe não vivem só na cabeça das pessoas. Elas se cristalizam em instituições — a família, o Estado, a religião — que reproduzem e reforçam essas normas. O Estado também tem seu caráter patriarcal, como veremos no próximo texto. Quando formula políticas públicas, costuma pressupor que sempre haverá alguém disponível para acompanhar doentes no hospital, cuidar de idosos em casa, realizar atividades de apoio nas creches e escolas. Quando fala em “família”, está pressupondo, na maioria das vezes, a disposição de uma mulher.

Colocar o cuidado e a sustentabilidade da vida no centro

A lógica do mercado exige que as pessoas estejam disponíveis o tempo todo para o trabalho remunerado. A lógica do cuidado, ao contrário, acompanha os ciclos da vida. Há momentos em que precisamos de mais cuidado, como na infância, na doença e na velhice, e outros em que somos nós quem cuidamos.

Mudar essa realidade exige transformar o paradigma e colocar a sustentabilidade da vida como objetivo da organização social. Isso passa por medidas concretas, entre elas, a redução da jornada de trabalho, o aumento do salário-mínimo e a construção de serviços públicos de cuidado, como creches, centros de atenção aos idosos e à saúde mental.

A reivindicação do fim da escala 6x1 é um exemplo de como essas lutas se entrelaçam. Essa escala está disseminada sobretudo em setores com forte presença feminina, como comércio e serviços. Na prática, o único dia de “folga” costuma ser absorvido por tarefas domésticas acumuladas — compras, organização da casa, cuidados com filhos ou familiares. A luta pelo fim da escala 6x1 também pauta o combate ao racismo, à violência e ao modelo de exploração que mercantiliza tanto as mulheres quanto os territórios. Dois dias de descanso significa a redistribuição do tempo como política pública.

Dicas de materiais para utilizar durante a atividade

- Capítulo *O tempo e o trabalho das mulheres*, do Caderno da Participante
- Assistir juntas ao vídeo [Um Sonho Impossível?](#)
- Assistir juntas ao vídeo: [Crítica Feminista ao Poder Corporativo #1: O Trabalho Precário](#)

Indicações para continuar estudando sobre o trabalho e a vida das mulheres

- Publicação: [Reação patriarcal contra a vida das mulheres: debates feministas sobre conservadorismo, corpo e trabalho](#)
- Cadernos Sempreviva: [Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres](#)



[Reação patriarcal contra a vida das mulheres](#)



[Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres](#)

Recado importante!

É fundamental a leitura do capítulo deste caderno sobre metodologia para a construção de atividades de multiplicação.



[Um Sonho Impossível?](#)



[Crítica Feminista ao Poder Corporativo #1](#)

Memória compartilhada: Imagens de atividades realizadas por grupos no Ciclo de formação em Economia feminista ocorrido em 2025.

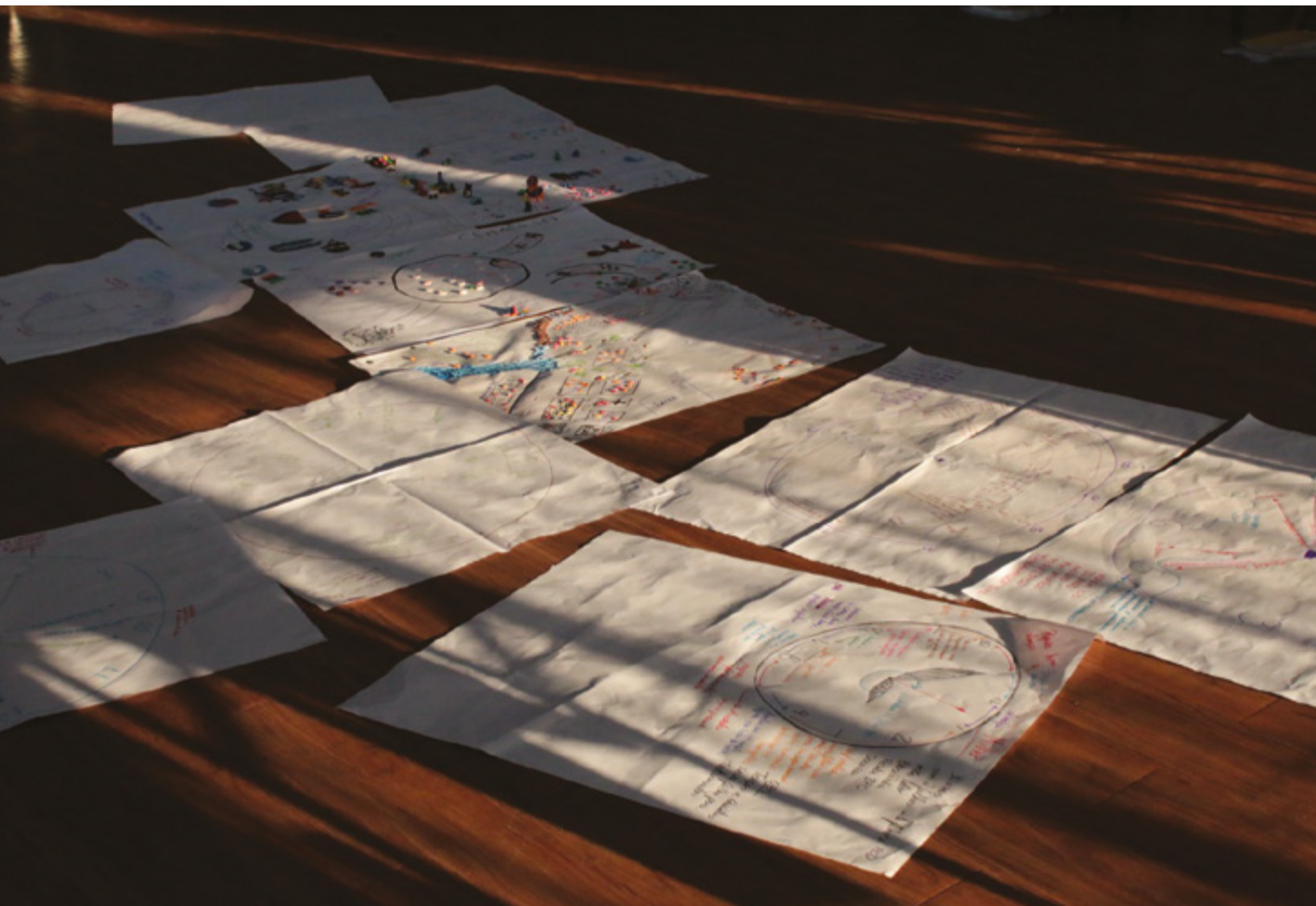
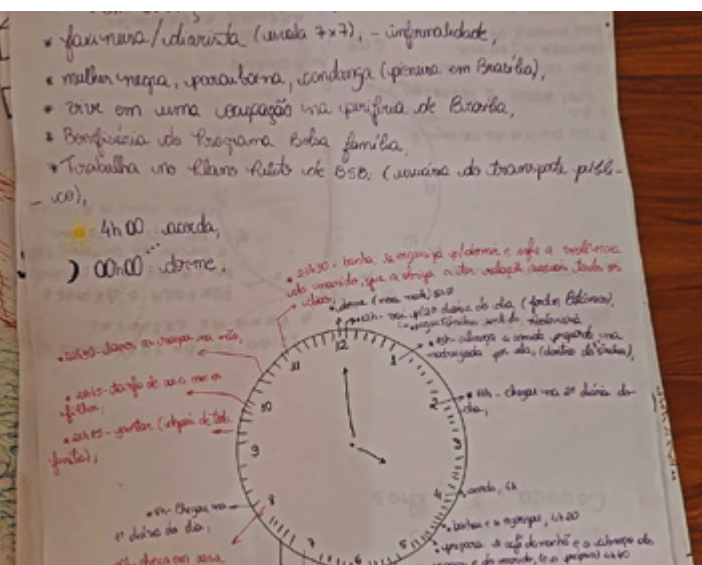


Foto: Gaelle Scüller



Multiplicadoras do norte, centro-oeste e Maranhão. Fotos: Lorena Rosa



Multiplicadoras do sul e sudeste. Fotos: Acervo SOF



Multiplicadoras do sul e sudeste. Fotos: Gaëlle Scüller



Economia feminista

A economia feminista nos ajuda a entender como a sociedade é organizada e a construir maneiras de transformá-la. A partir dela, entendemos que os papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens, às pessoas negras e brancas estão diretamente ligados à produção da economia. Sendo assim, a economia feminista é uma ferramenta que ajuda na construção de análise e ação para a organização de grupos, movimentos e articulações políticas em várias partes do mundo.

Podemos nos perguntar: **se a economia feminista é uma ferramenta que ajuda a construir análises e ações, quem são as pessoas que usam essa ferramenta?** A resposta é: nós, as mulheres. Isso porque a economia feminista não é apenas uma teoria para ler o mundo, mas também para criticar o funcionamento da economia capitalista, patriarcal e racista, apontando saídas.

Em outros momentos, usávamos o exemplo dos óculos para ilustrar isso, dizendo que “usamos as lentes da economia feminista” para ver como a sociedade funciona e, assim, notar as dominações e também as resistências construídas pelas mulheres. Hoje podemos ampliar essa analogia, porque observamos o mundo usando uma combinação de sentidos, principalmente se fazemos isso em conjunto. Quer dizer, vamos complementando e organizando coletivamente aquilo que não poderíamos notar estando sozinhas, mesmo se estivéssemos usando ótimas lentes.

Em coletivo, construímos alternativas baseadas nas críticas que fazemos e vice-versa. Portanto, podemos dizer que **a economia feminista é uma ferramenta viva das mulheres**, porque se alimenta e se transforma com o trabalho, a organização e as práticas feministas feitas pelas mulheres de forma coletiva.

Para entender como a economia feminista transforma nossa forma de perceber o mundo, vamos dividir nosso estudo em alguns tópicos.

A economia é um assunto de todas as pessoas

A primeira tarefa é entender que **a economia é um assunto de todas as pessoas**, porque é com o nosso trabalho, seja ele remunerado ou não, que alimentamos a economia da sociedade. Para ilustrar como isso acontece em diferentes contextos, tomemos como exemplo uma atividade usada nas formações de educação popular e feminista.

Nessa atividade, dividimos as mulheres em pequenos grupos para que cada um deles construa um território comum. Nesse primeiro exercício, cada grupo desenha em uma cartolina as características comuns dos territórios das participantes, por exemplo, onde ficam os comércios, as casas, os serviços públicos, as igrejas. Se existem lugares de lazer, onde ficam eles? Onde ficam os roçados, terreiros, os rios, a indústria, as hortas, os espaços comunitários? Percebemos, então, que esses lugares não existem dessa maneira sem as pessoas e outros seres vivos. Assim, posicionamos onde estão as mulheres e onde estão os homens e o que eles estão fazendo em relação aos lugares que ocupam.

Os elementos de cada território mudam a depender de quem está fazendo esse exercício. Certa vez, por exemplo, quando foi feito com mulheres quilombolas, indígenas e militantes da agroecologia, elas ressaltaram os biomas e os animais presentes em seus territórios. Em contextos urbanos, as mulheres apontaram para rios que existem debaixo de grandes avenidas e que tornam a aparecer com as enchentes em momentos de grandes chuvas.

Ao observar o que aparece nesses desenhos e reflexões, chegamos a um aprendizado importante: **a maneira como analisamos a organização dos territórios contribui para como percebemos o mundo e para entender quais caminhos queremos construir juntas.**

Esse é um dos principais motivos para ter a economia feminista como ferramenta para a construção das articulações e ações políticas, principalmente no que concerne à auto-organização das mulheres. Durante a história da modernidade ocidental, o pensamento sobre a economia excluiu as mulheres, tanto em relação à sua contribuição para a construção desse conhecimento quanto por exercerem, em sua maioria, atividades consideradas fora da esfera econômica. A economia feminista vem para fazer um contraponto a esse pensamento hegemônico.

Para aprofundar

As duas formas de excluir as mulheres da teoria econômica

Exclusão e invisibilidade das mulheres como produtoras do conhecimento: em 1986, **Julie Nelson e Marianne Ferber** fizeram uma seleção dos teóricos da economia mais influentes, baseada no número de citações de suas obras. Dos autores e autoras incluídos nessa relação, apenas 31 entre os mil selecionados são mulheres, sendo que apenas cinco nasceram antes do século XX, ou seja, no período em que foram constituídas muitas das correntes mais importantes da economia.

Exclusão das atividades realizadas pelas mulheres como assunto da teoria econômica e como questão relevante a ser estudada: ao limitar as fronteiras da economia à esfera mercantil, desconsiderando todo o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, as análises econômicas são estreitas, excludentes e enviesadas, falseando a realidade. Apresentam, portanto, um diagnóstico incompleto do funcionamento do sistema econômico, além de se equivocar ao avaliar a repercussão real das políticas econômicas.

A partir dessa crítica, foram desenvolvidas, na economia feminista, metodologias e propostas de análise que ampliam o que se entende como econômico. Conferir visibilidade ao trabalho doméstico e de cuidados na análise econômica é uma questão central para a economia feminista.

Uma publicação importante de **Marianne Ferber e Julie Nelson** é *Beyond Economic Man* [Mais além do homem econômico] (1993), que é um marco para a economia feminista.

Inserir as mulheres no debate econômico é afirmar que o trabalho doméstico e de cuidados, realizado em grande parte pelas mulheres, é indispensável para o funcionamento da sociedade e, portanto, também é indispensável para o funcionamento da economia.

Para ilustrar essa condição, usamos a imagem dessa árvore:



Ilustração: Helena Zeilic

Essa contribuição da economia feminista ajuda a entender por que afirmamos que os trabalhos que sustentam a vida têm valor econômico. É importante afirmar, entretanto, que ter valor econômico não significa que devemos valorizá-lo de maneira monetária. Atualmente, quando debatemos sobre como valorizar o trabalho feito pelas mulheres, aparece com frequência a ideia de que podemos compensá-lo através do pagamento de um salário, por exemplo. Porém, entendemos que a valorização do trabalho doméstico e de cuidados tem a ver, na realidade, com a redistribuição desse trabalho e a construção de autonomia econômica. E essa autonomia não é uma atitude individual, mas uma batalha constante que deve ser conquistada de forma coletiva.

Por isso, a partir da economia feminista, construímos críticas às saídas individuais, como as pautadas no “empreendedorismo”, que reforçam a ideia de uma ascensão individual das mulheres, responsabilizando-as a custear uma carreira empresarial. Na prática, essas saídas podem gerar endividamentos para as mulheres e enfraquecem a luta por direitos trabalhistas e melhorias de vida. A falsa liberdade mobilizada pela ideia de “mandar no próprio negócio”, amplamente difundida hoje, vende uma saída individual para uma condição imposta para o conjunto da classe trabalhadora há séculos.

O trabalho informal sempre fez parte da organização do trabalho remunerado no Brasil. Essa marca carrega a sobrecarga de trabalho, a baixa remuneração e a falta de vínculos e de construção da solidariedade entre trabalhadoras e trabalhadores. Isso diz muito sobre o entrelaçamento entre a economia capitalista, o racismo e o patriarcado na consolidação do mercado de trabalho brasileiro. A precariedade dos trabalhos como norma tem origem na escravização de povos indígenas e negros após a invasão e dominação desse território pelos europeus. A disponibilidade integral das mulheres para realizar trabalhos domésticos e de cuidados também tem essa origem.

Outro exemplo de construção de autonomia econômica com base na economia feminista é a luta pela diminuição da jornada de trabalho sem diminuir os salários, valorizando o tempo livre e de descanso para todas as pessoas. Recentemente, essa agenda de luta ganhou força com a proposta de extinguir a escala de seis dias trabalhados para um de descanso, conhecida como “escala 6 x 1”. As campanhas para o fim dessa escala destacam a importância do convívio em família e de momentos de lazer e descanso, que são negados a quem vive nessa condição.

Essa necessidade de fortalecer laços com tempo de qualidade, colocando as necessidades da vida no centro, se conecta com o que chamamos de sustentabilidade da vida. No entanto, a organização patriarcal e racista da sociedade impõe uma diferença significativa entre mulheres e homens que trabalham de forma remunerada: mais tempo com a família para mulheres pode

significar mais tempo de trabalho doméstico e de cuidados. Assim, a reorganização da escala de trabalho está profundamente relacionada à reorganização do trabalho doméstico e de cuidados.

Um pouco de história

A campanha pela valorização do salário mínimo

A campanha de valorização do salário mínimo é parte marcante da história de movimentos sociais como a Marcha Mundial das Mulheres no Brasil. A campanha foi realizada em 2003, como uma prática do movimento articulada ao conjunto de reflexões sobre a luta feminista e a economia. Junto a sindicatos, movimentos sociais e partidos, as militantes da MMM enfrentaram o debate para colocar as mulheres como centrais nessa batalha. Essa campanha foi um passo importante para destacar as mulheres negras como parte fundamental da economia, assim como o processo político dos movimentos em formular uma proposta para os governos seguintes.

Com a campanha, a Marcha Mundial das Mulheres buscava distribuir a renda, combater a pobreza, fortalecer a autonomia econômica, diminuir as desigualdades salariais entre homens e mulheres, pessoas brancas e negras. Para isso, houve uma articulação nacional e internacional, que contou com momentos de intercâmbio para conhecer métodos de cálculos e argumentos para construir a proposta brasileira. A proposta da campanha no Brasil incluía dobrar o valor do salário mínimo em quatro anos, promovendo a cada ano um reajuste integral da inflação mais um aumento de 19% em seu valor. A proposta não foi contemplada inteiramente na implementação da política de valorização do salário mínimo dos governos Lula e Dilma. No entanto, essa política governamental foi fundamental para o enfrentamento da pobreza e melhora das condições de vida das pessoas.

A campanha continental contra a ALCA

A campanha contra a ALCA foi um grande movimento popular que conseguiu barrar um projeto imperialista dos Estados Unidos para dominar a região das Américas. A ALCA era o Acordo de Livre Comércio das Américas — que, na prática, beneficiava os Estados Unidos e suas grandes empresas transnacionais. A campanha se espalhou por todo o continente, que dizia “não à ALCA” como símbolo da luta contra as políticas neoliberais. A luta contra a ALCA simbolizava a resistência à ideia de que o chamado “livre mercado” — que não tem nada de liberdade — seria a solução para tudo.

As mulheres tiveram um papel importante nessa luta, principalmente pela construção de análises feministas sobre o neoliberalismo, denunciando como essas políticas afetavam a vida das mulheres. Isso ajudou a fortalecer o feminismo anticapitalista em toda a América Latina e no Caribe.

Em setembro de 2002, mais de 10 milhões de pessoas participaram do Plebiscito sobre a ALCA, e mais de 95% delas votou contra o acordo. Nesse mesmo plebiscito, milhões também votaram contra a entrega da base de Alcântara aos EUA. Em 2019, sob governo de Jair Bolsonaro, a base foi entregue para Donald Trump em seu primeiro mandato.



Foto: Arquivo SOF

Para aprofundar

Leia: *Impactos da jornada reduzida: um olhar feminista sobre o trabalho e uso do tempo*, contribuição da Rede Brasileira de Economia Feminista (REBEF) com o debate sobre a **escala 6x1**.



Pensar saídas coletivas tem a ver com entrelaçar um conjunto de políticas com o foco na transformação da sociedade e no caráter público do Estado. O fim de **escalas como a 6x1**, combinado com o aumento de postos de trabalho, a valorização dos salários e um Plano Nacional de Cuidados capaz de realizar políticas públicas para compartilhar o trabalho doméstico e de cuidados é fundamental. Esse conjunto de políticas também se conecta com pautas rurais e ambientais, na medida em que debatemos a organização do tempo, do trabalho e do território de maneira integrada. A demarcação de terras quilombolas e indígenas e a reforma agrária são passos importantes para repensarmos a produção da vida e da natureza em conjunto. Nas agendas de luta dos movimentos feministas e antirracistas, esses debates ganham força para avançar nessa perspectiva.

Sustentabilidade da vida: o que precisamos produzir e como fazemos isso para que a vida exista

No sistema econômico capitalista, patriarcal e racista, a produção de mercadorias é tida como central, porque é o que garante o lucro das elites. Isso é o que organiza todo o trabalho e as infraestruturas necessárias para a manutenção desse sistema. Se voltarmos para o exercício do território ilustrado no tópico anterior, teremos algumas pistas a respeito de como se estrutura esse sistema.

As mulheres apresentam as grandes avenidas e rodovias como rotas para transportar mercadorias. Enquanto isso, há outros caminhos, construídos em sua maioria pelas mulheres, que são desenhados para levar as crianças à escola ou ao hospital, por exemplo. Esses caminhos não são visibilizados; no entanto, são necessários para que o trabalho de cuidados realizado por elas aconteça. Outro exemplo são os locais identificados como territórios de sacrifício, onde há a construção de grandes infraestruturas, como obras para a chegada de transnacionais, novas rodovias e iniciativas de empresas para o extrativismo de minérios. Nessas áreas, as mulheres também aparecem afetadas, seja pelo aumento de doenças, seja pela precarização da vida, pelo aumento da pobreza e da exploração sexual de meninas e mulheres.

Percebemos que elas vivenciam e percebem esses lugares a partir de quais trabalhos realizam, sejam eles remunerados ou não. Com isso, o território se apresenta como um lugar repleto de diferentes caminhos construídos com base em interesses em conflito.

Esses exemplos evidenciam que, para entender melhor como a sociedade é organizada, devemos nos atentar para como produzimos o que é necessário para que a vida exista.

Para viver no mundo como o conhecemos, precisamos de algumas condições, desde o ar que respiramos à roupa que vestimos e à comida que preparamos todos os dias. Por isso também somos natureza. Isso nos torna

ecodependentes. Além da relação que estabelecemos com a natureza, consideramos que somos **interdependentes**, porque uma pessoa sozinha não garante isso apenas com seu trabalho. Dependemos uns dos outros, principalmente do trabalho doméstico e de cuidados.

Com essa análise, percebemos que **a vida como a conhecemos é fruto de um conjunto de relações que acontecem de maneira simultânea.** Esse modo de pensar se relaciona com a contribuição de Cristina Carrasco e Enric Tello sobre os elos que constroem uma rede que sustenta a vida. Para os autores, cada elo tem sua importância e não pode ser substituído. Chamamos isso de **sustentabilidade da vida.**

Agora, vamos conhecer como esses autores apresentam cada elo.

A natureza e o espaço doméstico

O **primeiro elo é a natureza**, que, em si, não é capaz de satisfazer diretamente todas as necessidades de sustentação da vida humana em sociedade. Os processos de mediações sociais, culturais e tecnológicas transformam materialmente a natureza em bens e serviços que satisfazem as nossas necessidades.

Essas mediações nos conectam ao **segundo elo: o espaço doméstico em que se realiza o trabalho cotidiano necessário para a produção da vida.** A imensa dedicação de cuidados e atenção que se realiza entre uma geração e outra, especialmente através das mulheres, produz bens e serviços necessários para a sustentação da vida e para que os seres humanos possam vir a ser agentes atuantes na sociedade.

Exemplo: é parte da ideologia capitalista nos fazer esquecer que somos natureza, que somos matéria e que o trabalho transforma a matéria para responder nossas necessidades de alimentação, calor, abrigo, comunicação. A internet, as redes sociais e a inteligência artificial, por exemplo, são apresentadas como se estivessem situadas em uma “nuvem”. Mas elas precisam de infraestruturas como *datacenters* (centros de armazenamento de dados), telefones móveis, cabos de conexão que utilizam minerais, energia, água para esfriamento.

O trabalho realizado em casa para produzir as condições materiais — comida, roupa, casa limpa — e emocionais — escuta, aconchego, referências morais — que nos tornam humanos também é mantido invisível. Essa invisibilidade nos faz esquecer que dependemos de outras pessoas, na maioria mulheres, para crescer e viver.

Para saber mais:

essas ideias estão organizadas no artigo *Apuntes para una vida sostenible* (2012), de Cristina Carrasco e Enric Tello.





Periferia Feminista. Foto: Mariza Rigo

A comunidade

O **terceiro elo é composto pela comunidade**, isto é, as relações de proximidade que podem ou não estar próximas geograficamente. Entre elas estão as relações de vizinhança, bairros, ou comunidades rurais, os coletivos formados por pessoas que compartilham valores comuns, além daquelas que, fruto do desenvolvimento tecnológico, não estão ligadas necessariamente pela proximidade territorial. A importância de conhecer as relações de comunidade tem a ver com a afirmação de que, apesar das relações capitalistas serem hegemônicas no atual estágio da sociedade, e apesar da força do Estado e do mercado, há outros tipos de laços e relações reais estabelecidos entre pessoas e grupos, com base em outras noções de bem comum e valores, mesmo que perpassados por conflitos engendrados pelas relações de gênero, raça e classe.

Exemplo: A iniciativa de realizar uma horta ou cozinha comunitária tem a ver com essa capacidade de construir comunidade com as pessoas que estão perto de nós fisicamente. Também existe um outro jeito de construir comunidade, que não depende apenas de estar próximo fisicamente, por exemplo a construção de movimentos sociais, como a Marcha Mundial das Mulheres. Nesse movimento, um dos principais valores compartilhados é a solidariedade. Essa forma conecta a luta de mulheres em diferentes partes do mundo com o que acontece no local onde estamos. Outro exemplo é quando organizamos uma rede de comercialização solidária de alimentos e produtos da agroecologia ou da economia solidária.

O Estado e o mercado

Os Estados constituem o quarto elo da cadeia de sustentação da vida. Suas normas e regulações garantem o funcionamento do mercado, além de interferir no conjunto das relações sociais. **Este elo se articula, portanto, com os mercados, que constituem o quinto e último elo da cadeia de sustentação da vida**, caracterizados pela produção de bens e serviços com trabalho mediado por dinheiro. Nas sociedades de mercado, é praticamente impossível satisfazer as necessidades humanas sem passar pelo mercado capitalista. O mercado é anterior ao capitalismo, mas, neste sistema, adquiriu extensão tal que a motivação do lucro predomina sobre as condições de vida das pessoas e da natureza, fazendo com que tudo esteja a serviço da economia.

Exemplo: O Estado está presente nas legislações que organizam a forma como a sociedade funciona. Por exemplo, a construção de uma Unidade Básica de Saúde em um bairro, ou uma escola pública em um assentamento, tem a ver com a política pública de saúde e educação. Os poderes do Estado definem serviços públicos ou a ausência deles, definem a gestão da propriedade de terras e, portanto, definem as práticas legalizadas de desigualdade no capitalismo.

Nesse último quadro, vemos que a forma como esse mercado é organizado faz com que o lucro seja a principal motivação de tudo, ou seja, o lucro está acima da vida. O que estamos chamando de lucro é o que na economia se chama de mais-valor ou mais-valia. O trabalho das pessoas produz valor, mas o salário recebido pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras é menor do que o valor que eles e elas produziram. Este mais-valor é acumulado pelos capitalistas. Essa acumulação é permanente e ataca as bases da vida. É o que impede, por exemplo, que as trabalhadoras tenham tempo e energia para outras coisas que não o trabalho.

Essa é uma das razões para entender e querer transformar a economia. A economia feminista propõe uma transformação de paradigma, isso significa posicionar a sustentabilidade da vida no centro do funcionamento da sociedade. Para isso, é necessário transformar a base de como a produção da vida é realizada, repensar quais trabalhos são necessários e reorganizar a forma como eles são feitos. O tempo e o território também são questões centrais para essa reorganização. A concentração de terras no Brasil é um dos principais exemplos de produção de desigualdade. A aposta nessa transformação considera que a superação não será realizada nos marcos do capitalismo patriarcal e racista. Isso significa sustentar uma prática política no presente que se move para construir outra sociedade no futuro, enfrentando hoje o conflito do capital contra a vida.



Multiplicadoras do norte, centro-oeste e Maranhão. Foto: Lorena Rosa

O conflito capital – vida

Quando percebemos a nossa realidade a partir da economia feminista, proporcionamos um momento de reflexão sobre o nosso cotidiano, algo que nos ensinam que não tem valor ou tem pouca importância. Essa intenção de desvalorizar o que acontece no dia a dia tem como objetivo alienar as pessoas não só da produção do trabalho, mas também da produção da vida.

Ao desvalorizar os acontecimentos cotidianos, também nos alienamos de nosso corpo. Quando estamos nessa condição, podemos ficar menos fortalecidas coletivamente para enfrentar os discursos conservadores, racistas e de ódio às mulheres que ganham força em diferentes lugares. A formação política é um espaço que pode revelar as contradições desses discursos, apontando e valorizando o trabalho e a vida das mulheres, assim como sua contribuição para a sociedade.

Construir coletivamente críticas aos modos como a sociedade funciona leva tempo e dedicação. Por exemplo, se atentar a como os rios são atacados pela indústria, pelo garimpo ilegal ou perceber quantos rios foram soterrados para a construção de cidades e relacionar esses fatos com as enchentes que acontecem cada vez mais nos centros urbanos ou com a privatização de uma rede de saneamento básico de um município é ser capaz de conectar acontecimentos que na verdade fazem parte de um mesmo conflito.

Quando falamos sobre a desvalorização do cotidiano e do trabalho das mulheres e dos bens comuns, como no caso dos rios, em nome do lucro, estamos falando sobre o que a economia feminista chama de **conflito do capital contra a vida** ou **conflito capital – vida**. Essa formulação é importante para perceber que a todo momento há interesses diferentes e em conflito em nossa sociedade.

O sistema econômico capitalista, patriarcal e racista é baseado na exploração do trabalho das pessoas e da natureza, gerando desigualdades, destruição e produzindo violências. Mas isso não está parado no tempo, porque a dominação desse sistema encontra muitas resistências em seu processo ao longo da história, que podem ser intensificadas à medida que as pessoas se organizam e lutam de maneira coletiva. Para isso são fundamentais os movimentos sociais, porque na construção da resistência ao projeto capitalista, patriarcal e racista são criadas alternativas para o presente que, por sua vez, apontam para um projeto de sociedade futura.

Alguns exemplos hoje

São muitos os exemplos que expressam esse conflito hoje, desde a mercantilização e privatização dos serviços públicos, em particular da saúde, os ataques a aposentadoria e o empobrecimento dos e das idosas ampliam as necessidades de cuidado a serem satisfeitas pelas mulheres nas famílias. Junto a isso, o genocídio da juventude negra, a guerra às drogas — que é uma guerra aos pobres —, os conflitos em países como a República Democrática do Congo motivados pelas riquezas naturais, as mortes dos migrantes e refugiados desesperados nos barcos inseguros e superlotados, o tráfico de pessoas e a exploração sexual, a violência contra a população LGBT e os feminicídios, compõem o caráter extremamente violento desse momento histórico.

Podemos adicionar a esses exemplos o genocídio ao povo palestino realizado por Israel com o apoio dos Estados Unidos e os ataques à América Latina e ao Caribe pelo imperialismo estadunidense.

Considerando a auto-organização das mulheres em diferentes lugares do mundo, ou seja, grupos organizados apenas com a participação das mulheres, a economia feminista se alimenta de como podemos nos organizar para enfrentar o conflito capital – vida. Isso porque são principalmente as mulheres que enfrentam, de diversas maneiras, o avanço do capital em suas vidas, na dominação de seus territórios, no aumento do controle de seus corpos, tempo e trabalho.

Resistência feminista aos ataques à vida

“A onda conservadora delineia uma reação patriarcal contra o corpo e a vida das mulheres, reforçando o ataque à soberania dos povos. As mulheres em todo o continente reagem à violência e ao controle do corpo afirmando: nenhuma a menos, vivas e livres nos queremos! Ao questionar a violência como instrumento estruturante desse modelo, o feminismo anticapitalista e antirracista questiona ao mesmo tempo a violência do capital e do Estado, militarizada, sobre a população pobre, negra e indígena. Questiona a ampliação do poder da polícia, o encarceramento massivo da população negra e pobre. Questiona a justiça seletiva, racista e patriarcal, que protege os privilégios e criminaliza a pobreza e quem enfrenta esse sistema. Para compreender a dinâmica sistêmica desse conflito não podemos reduzir nem fragmentar as análises.”

Trecho retirado da apresentação da publicação *Desafios feministas para enfrentar o conflito capital-vida* escrito por Nalu Faria e Tica Moreno

As resistências feministas também podem ser vistas, por exemplo, em territórios quilombolas demarcados, em cozinhas e hortas solidárias, ou em movimentos organizados por direitos reprodutivos, que lutam pela descriminalização do aborto e pelo direito das mulheres e pessoas que gestam.

Resistência feminista aos ataques à vida

Quando olhamos para o conjunto desses processos, visibilizando e tomando como referência as experiências e os trabalhos das mulheres, fica evidente o conflito entre **duas lógicas irreconciliáveis: a da acumulação capitalista e a da sustentabilidade da vida**. A tensão entre essas lógicas opostas são sentidas e também explicitadas pelas mulheres que garantem que a vida siga sendo possível mesmo em situações de pobreza e violência impostas pelo capitalismo racista e patriarcal. Nos termos da economista feminista Amaia Pérez Orozco, esse é o **conflito do capital contra a vida**. A economia feminista se apresenta, assim, como ferramenta de luta para enfrentar esse conflito e transformar a sociedade.

Analisando criticamente o funcionamento da sociedade, percebemos que o conflito capital-vida está presente em nosso cotidiano e é um processo permanente. Isso significa que esse conflito não termina quando um processo de luta acaba, porque ele é inerente ao modo de produção capitalista, patriarcal e racista. Por isso, temos que seguir coletivamente, construindo forças para transformar as bases da nossa sociedade.

Recado importante!

É fundamental a leitura do capítulo deste caderno sobre metodologia para a construção de atividades de multiplicação.

Construindo atividades de multiplicação

O conteúdo de economia feminista pode ser trabalhado em:

- Atividades de formação com pelo menos três horas de duração, nas quais pode ser utilizada a tarefa de construir um território descrita no capítulo Trabalho e relações sociais de gênero, raça e classe (página 25);
- Rodas de conversa ou mesas de debates em que apresentamos as principais contribuições da Economia Feminista;
- Processos de formação no contexto de enfrentamentos diversos, tais como: lutas pelos serviços públicos e políticas públicas de cuidado, saúde, educação, direito à cidade, entre outros; lutas de enfrentamento a privatizações de bens comuns; contra a retirada de direitos trabalhistas; em defesa de territórios; e em mobilizações nacionais, como a Marcha das Margaridas e o 8 de Março – Dia Internacional de luta das mulheres.

Propostas de atividade em grupos:

1. Criação de programa de rádio

1. Separar as participantes em grupos de até cinco pessoas de forma aleatória;
2. Com os grupos definidos, orientar para a realização da leitura do texto selecionado pela multiplicadora (exemplo: texto sobre economia feminista do Caderno da Participante). Os grupos devem ter autonomia para decidir como ler e debater os textos;
3. Após a leitura e o debate, sugerir aos grupos que façam uma apresentação de 5 a 7 minutos simulando um programa de rádio;
4. Tempo das etapas: a preparação dos grupos (etapa 1.2) leva cerca de 1h20, e as apresentações de cada grupo (etapa 1.3) têm duração de 10 minutos.

Intenções:

- Fazer a leitura coletiva de um mesmo conteúdo e proporcionar um espaço para realizar debates. Essas ações servem de inspiração para os processos de preparação das atividades nos territórios, sendo um ponto fundamental para o desenvolvimento de atividades, principalmente quando há intenção de realizar um trabalho contínuo com as mulheres.
- Estimular a leitura e a capacidade coletiva de entendimento dos conteúdos de outras maneiras que não em formato de palestras. É comum reforçarmos a prática de chamar uma militante que consideramos entender mais do assunto para desenvolver alguns temas, entretanto, essa forma mais descentralizada de construir o saber, ainda que possa inicialmente gerar insegurança, abre mais espaço para dúvidas e, conseqüentemente, para que os grupos encontrem saídas para elas. Desse modo, esse pode ser um bom exercício para o reconhecimento das necessidades de cada grupo e para seu fortalecimento.
- Mesmo lendo os mesmos textos, as apresentações costumam ser diferentes entre si, aguçando a criatividade. Isso também acontece em relação às escolhas de cada grupo em destacar determinado tópico. Ao mesmo tempo, o conjunto das apresentações pode se conectar, o que é um bom pontapé para aprofundar o tema. Nessa troca de papéis, entre encenar e assistir, possibilitamos experimentar uma relação de interdependência entre os grupos, na medida em que não temos como objetivo selecionar uma apresentação melhor ou “mais completa”.

2. Construir um empreendimento da economia solidária e feminista

1. Separar as participantes em grupos de até cinco pessoas de forma aleatória;
2. Debater e elaborar um empreendimento de economia solidária e feminista baseado nos princípios apresentados. Utilizar massa de modelar e desenhos para ilustrar;
3. Realizar visitas aos empreendimentos dos outros grupos e apresentação dos resultados finais;
4. Tempo das etapas: formação de grupos e elaboração dos empreendimentos (etapas 1 e 2) – entre 40 e 50 minutos. Apresentação (3) – 5 minutos por grupo.

Intenções:

- Exercitar a capacidade de criação de grupos cujo objetivo é desenvolver empreendimentos de economia solidária, pensando formas de organização e comercialização solidária de produtos;
- Esse exercício exige negociar e conciliar as vontades de cada uma, mobilizando a capacidade de argumentação e construção de consensos entre o grupo;
- Consolidar laços e apontar continuidades possíveis para o grupo, como a consolidação de hortas para autoconsumo e comercialização, atividades culturais e realização de feiras da economia solidária. Consolidação e/ou fortalecimento do núcleo ou comitê do movimento social.



Foto: Acervo SOF

Dicas de materiais para utilizar durante a atividade

- Capítulo *Economia feminista*, do Caderno da Participante
- Leitura conjunta do conto *Cartilha Sementeira Feminista*
- Assistir juntas ao vídeo *Economia Feminista – 6ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres*
- Leitura de trecho do caderno *A produção do viver*



*Cartilha Sementeira
Feminista*



*Economia Feminista –
6ª Ação Internacional da
Marcha Mundial
das Mulheres*



A produção do viver

Indicações de materiais para continuar estudando sobre a economia feminista

- Podcast: *Juntas e misturadas*
- Publicação: *Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios*, SOF
- Caderno Sempre Viva: *Economia feminista*.
- Estudo: *O campo da economia feminista no Brasil hoje*



Juntas e misturadas



*Economia feminista e
ecológica*



Economia feminista



*O campo da economia
feminista no Brasil hoje*

Memória compartilhada: Imagens de atividades realizadas por grupos no Ciclo de formação em Economia feminista ocorrido em 2025.



Foto: Acervo SOF



Sudeste. Foto: Acervo SOF



Multiplicadoras do sul e sudeste. Fotos: Gaelle Scüller



Multiplicadoras do norte, centro-oeste e Maranhão. Fotos: Lorena Rosa



Estado, políticas públicas para as mulheres e a Política Nacional de Cuidados

Por que trabalhar o tema das políticas públicas na formação feminista?

A formação feminista busca desenvolver ações coletivas, construir e fortalecer o movimento feminista. A formação contribui para que a liderança consiga analisar e atuar na realidade a partir da perspectiva feminista e antirracista, além de perceber e combater os preconceitos e exclusões que a sociedade capitalista e patriarcal produzem cotidianamente. Também é esperado que esse conhecimento possa ser socializado de forma coletiva para multiplicar a formação de pessoas de diversos movimentos e fortalecer a auto-organização das mulheres.

A formação feminista que se apoia na educação popular estimula as mulheres a identificarem os problemas vividos em seu cotidiano ou em seu território, e propõe ações e iniciativas que contribuem para a organização da luta.

No curso sobre Economia Feminista da formação para multiplicadoras, ministrado pela SOF com o apoio do Ministério das Mulheres, trabalhamos o tema das políticas públicas. Para tanto, pedimos que as participantes, em grupo, identifiquem quais políticas públicas para mulheres existem em suas regiões e debatam seus desafios. A dinâmica da construção de um território utilizando o desenho e a massa de modelar, sugerida nas seções *Economia feminista* e *Trabalho e relações sociais de gênero, raça e classe*, pode ser retrabalhada aqui. Essa dinâmica facilita a percepção das contradições, da ausência de políticas públicas e dos conflitos decorrentes dessa ausência.

Nessas conversas, são identificadas as políticas públicas que faltam nos municípios e bairros, além dos problemas relacionados às questões climáticas, que afetam principalmente as periferias. Em contrapartida, ao olhar para o conjunto, muitas vezes vem à tona a história da luta das mulheres naquele território. É comum aparecer, por exemplo, uma unidade básica de saúde (UBS), uma creche ou uma praça que existe graças à luta das mulheres. Isso ativa a memória de que, quando se luta, é possível conquistar.

Em relação à questão central — onde elas identificam as políticas para as mulheres no bairro/território? — temos usualmente como resposta a falta ou

ausência dessas políticas, seja nas unidades básicas de saúde, ou nas escolas e creches, que costumam apresentar um déficit de vagas.

As mulheres ainda identificam o equipamento de atenção à violência contra a mulher, seja sua falta ou sua presença, como se essa fosse a única política pública possível para as mulheres. Na realidade, para construir caminhos de superação da violência, precisamos de um conjunto de políticas públicas capaz de alterar as desigualdades de classe, gênero e raça.

As políticas públicas para as mulheres não são específicas

Frequentemente, as políticas públicas para as mulheres são reduzidas a políticas específicas, como ações de enfrentamento à violência sexista, ou que envolvem os direitos sexuais e reprodutivos, a saúde da mulher e a maternidade. Tais políticas são de fato imprescindíveis para a vida das mulheres, mas são insuficientes para alterar as estruturas em que operam as desigualdades de gênero e raça, e, assim, promover a igualdade social.

A Marcha Mundial das Mulheres, com o apoio da SOF, vem, desde o início dos anos 2000, se desafiando a trabalhar com políticas públicas ancoradas na economia feminista, em que a sustentabilidade da vida esteja no centro da política. Ela entende que as políticas públicas para as mulheres devem estar em todos os âmbitos da política — social, econômico e ambiental. Essas políticas precisam garantir um viés feminista e antirracista, atuando na perspectiva da construção da igualdade na diversidade e considerando todo o conjunto de mulheres: brancas, negras, do campo, da floresta, das águas, das periferias, com deficiência, transsexuais, lésbicas, entre outras. É necessário também levar em conta todas as fases da vida da mulher, de criança à idosa, já que as necessidades variam em cada uma delas.

Os governos eleitos democraticamente são formas de disputar a gestão do Estado. A partir deles, legislações e ações são propostas com base em princípios políticos diversos, que tensionam essa instituição para aprofundar ou desafiar a ideologia dominante. No Brasil, vivemos um grande problema de descontinuidade das políticas públicas, já que cada novo governo destrói ou constrói uma política diferente. O processo da participação popular e o controle social, tanto institucional como nos territórios, é fundamental para que a política pública conquistada tenha continuidade.

Além disso, em relação às políticas para as mulheres, é muito comum que governos apresentem propostas que são apenas projetos-piloto, ou muito focalizadas, atendendo uma quantidade mínima de mulheres. É preciso avançar na criação de condições — orçamento, infraestrutura, servidores — para que esses projetos se expandam e envolvam progressivamente todas as mulheres, começando por aquelas que vivem em situações de pobreza e vulnerabilidade.

As políticas públicas têm um papel central na mudança de qualidade de vida das mulheres, pois proporcionam acesso a bens e serviços como saúde;

creches; educação infantil; educação integral; moradia; ações de assistência, como bolsa família e auxílio gás; organização produtiva e técnica no campo, entre outras.

As políticas públicas também são uma forma indireta de distribuição da renda, porque respondem a necessidades que, de outra forma, seriam providas por mais trabalhos não remunerados feitos pelas mulheres, ou por serviços privados, o que implicaria impactos no salário. Assim, tais políticas contribuem para que as mulheres, sobretudo as mulheres negras, mesmo com baixos salários, possam ter uma condição de vida melhor, direcionando o que recebem para outras despesas que não sejam a creche das crianças, o acesso à saúde e a medicamentos providos de forma gratuita, por exemplo.

O Estado capitalista, patriarcal e racista

Para a discussão de políticas públicas, é sempre necessário abordar e caracterizar o papel do Estado. Dessa forma, entendemos que nossa luta deve ser contínua e que a sociedade tem a capacidade de gerar mudanças.

“O Estado é a instituição que centraliza a organização e a distribuição dos bens na sociedade. Essas ações são resultado de uma **disputa política diária**. Ainda que, muitas vezes, essa disputa apareça com mais evidência para nós nos momentos eleitorais, ela é feita permanentemente, e faz parte da estrutura e da dinâmica do Estado e suas políticas.

O Estado como conhecemos hoje se baseia numa ideologia que tenta separar a política econômica, de um lado, e a disputa cultural e de comportamentos de outro. Mas nossa perspectiva feminista vai por outro caminho: **a política econômica, as políticas sociais, a ideologia dominante e a cultura existem em conexão**. Os valores patriarcais, racistas e conservadores atuam diretamente na manutenção econômica do capitalismo, por exemplo.

(...) O Estado que conhecemos hoje, no Brasil e em muitas partes do mundo, segue uma **política neoliberal**. Um dos elementos centrais dessa política é o ataque à função pública do Estado. Isso significa que o neoliberalismo busca reduzir ao máximo os gastos com políticas sociais para que grupos empresariais e alguns políticos dominantes possam fortalecer seus interesses particulares e beneficiar o acúmulo de capital privado.”

Trecho extraído do capítulo *Estado e políticas públicas* do Caderno da Participante, p. 27

A luta feminista e antirracista aponta que, para além de capitalista, o Estado, em sua formação e atuação, está impregnado de concepções e estruturas machistas e racistas, e nem sempre está disposto a ofertar políticas públicas, principalmente aquelas capazes de alterar as desigualdades de gênero e raça.

O Estado, em sua origem, foi organizado para garantir a acumulação capitalista e a reprodução do capital, que é a preocupação com o lucro de poucos. Assim, do ponto de vista de classe, gênero e raça, o Estado não é neutro.

Mesmo quando há políticas públicas, essas contam com o trabalho de cuidados das mulheres para existir, como quando são solicitados “acompanhantes” de pessoas idosas em serviços de saúde, ou quando, em políticas de contraturno escolar, espera-se que alguém leve as crianças de um lugar a outro. A perspectiva feminista e antirracista propõe repensar as políticas públicas para que elas não se ancorem na divisão sexual e racial do trabalho.

A definição de **neoliberalismo** se encontra na página 13.

O neoliberalismo disputa frequentemente o Estado para impor seus princípios de financeirização e mercantilização. Ou seja, para o **neoliberalismo**, tudo pode ser transformado em mercadoria, seja a água, o ar, a natureza ou os corpos. A privatização e o desmonte do Estado estão em seu cerne.

É comum ouvirmos falar do “Estado mínimo”, isto é, um Estado que não provê políticas públicas para alterar as desigualdades ou garantir direitos. Nesse modelo, se considera que o grande provedor e organizador das políticas e da vida é o mercado. Por outro lado, ele atua para diminuir impostos da elite, desonerar grandes empresas e garantir grandes subsídios para o agronegócio. Isto é feito tanto nos embates e no lobby no legislativo e executivo, como no debate ideológico na sociedade. Quando é dito, por exemplo, que o governo está gastando com saúde, educação, entre outras políticas públicas essenciais, entendemos que isso, na verdade, não é gasto, mas investimento para construir justiça social e combater desigualdades.

Ainda nesse contexto, prevalece a ideia do individualismo, isto é, que cada pessoa seria responsável por lutar por seu bem-estar, como se fosse possível resolver tudo individualmente através do mercado. Assim, não há a ideia de bens comuns e coletivos, pois tudo deve ser privatizado.

Para o capitalismo neoliberal, as mulheres são vistas como um recurso para dar conta de situações que deveriam ser providas por políticas públicas, como o cuidado dos idosos, das crianças e dos adolescentes. Quando não há creches no bairro e o salário da família é insuficiente para pagar uma instituição privada, é a mulher que deixa de trabalhar fora para fazer esse trabalho de forma gratuita. Mesmo quando são ofertadas políticas públicas, as mulheres ainda exercem trabalho não remunerado no momento de implementação dessas políticas nas comunidades.

Mesmo diante de todos esses empecilhos e da ofensiva neoliberal, o Estado ainda é o responsável pela organização da vida na sociedade, e por propagar comportamentos ideologias e valores. Além disso, é responsável pela economia, pela comunicação e atua em todos os âmbitos da vida em sociedade. Por isso, a ação do Estado é sempre um campo de disputas de interesses que envolve classe, gênero e raça.

Uma dessas disputas diz respeito ao campo de alianças do Estado. Os setores neoliberais frequentemente propõem “parcerias público-privadas”, ou seja, parcerias entre o Estado e empresas privadas. Essas parcerias são

formas de aumentar o poder do mercado na política e de normalizar a ideologia da privatização. Nós, por outro lado, valorizamos outro tipo de parceria: as alianças público-comunitárias:

“ Os movimentos sociais nos mostram que as mulheres criam alternativas em que o trabalho doméstico e de cuidados é feito de forma coletiva, como nas cozinhas comunitárias e solidárias. Nessas experiências, elas respondem às demandas de combate à fome e constroem relações baseadas na solidariedade.

O Estado deve se inspirar nessas iniciativas autogestionadas (ou seja, organizadas pelo povo e para o povo) para criar políticas em aliança com as comunidades, fomentando uma forma de fazer que já funciona no cotidiano das mulheres. Chamamos isso de alianças público-comunitárias. Essas alianças são muito diferentes das alianças público-privadas (entre Estado e empresas) do neoliberalismo, que dão mais poder e dinheiro para as grandes empresas, retirando a responsabilidade do Estado em alguns setores como a saúde e o transporte. A aliança público-comunitária que apostamos pretende fortalecer o caráter público do Estado, responsabilizando essa instituição por garantir direitos e políticas sociais, apoiando redes e iniciativas comunitárias que defendem os direitos coletivos de seus territórios.”

Trecho extraído do capítulo *Estado e políticas públicas* do Caderno da Participante, p. 30”.

A luta para a conformação de um Estado provedor de direitos é muito antiga no Brasil e no mundo. As mulheres indígenas e negras foram as primeiras a lutarem por seu direito à vida, à terra e à liberdade. Com o passar do tempo, outras demandas foram se somando à luta contra a opressão, como a necessidade de as mulheres terem direito à educação e ao voto. As mulheres operárias que, no início do século XX, eram a maioria da classe operária no Brasil e lideraram greves, como a primeira greve geral no Brasil, pautavam, junto às questões trabalhistas, o direito a políticas públicas.

A população organizada e os movimentos sociais e feministas lutam frequentemente para conquistar direitos. Um exemplo foi a luta para que a Constituição Brasileira, em 1988, avançasse em direitos para as mulheres, trazendo a mudança que estabeleceu que “mulheres e homens são iguais em direitos e obrigações” e retirando as mulheres da tutela do marido e do pai. A constituição aprovada não contemplou todas as exigências dos movimentos sociais, mas esse foi um momento importante de disputa na sociedade brasileira.

Outro exemplo de como os movimentos sociais disputam o caráter público do Estado está na conquista da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em 1 de maio de 1943, que beneficiou a classe trabalhadora formal. Essa conquista não impactou todas as pessoas igualmente, uma vez que a CLT ainda tem como base a divisão entre produção e reprodução da vida, assegurando direitos apenas ao chamado trabalho produtivo. Para as trabalhadoras domésticas, por exemplo, prevaleceu a ideia dominante de que trabalho do-

méstico e de cuidados não é trabalho, porque não produz mercadoria, como se a reprodução da vida não fosse fundamental para manter todo o sistema em funcionamento.

Ao longo dos anos, o movimento feminista seguiu lutando para aprimorar essa lei, o que resultou em algumas conquistas, como a PEC das trabalhadoras domésticas, em 2016, que equiparou seus direitos aos da classe trabalhadora. Outro exemplo é a licença maternidade de 120 dias, que somente foi aprovada na Constituição de 1988. Esses exemplos mostram que, mesmo no caso da CLT, considerada uma grande conquista da classe trabalhadora, a visão patriarcal da divisão sexual e racial do trabalho opera a partir da falsa separação entre trabalho de produção e trabalho de reprodução, assim como desvaloriza um trabalho exercido majoritariamente por mulheres negras.

No início deste século, com a emergência dos governos populares na América Latina, setores feministas, principalmente do Equador e da Bolívia, passaram a analisar o Estado e a propor mudanças desde uma perspectiva de despatriarcalização do Estado, sugerindo mudanças mais amplas para combater a lógica **androcêntrica**, colonial e hierárquica do Estado.

Androcentrismo

é quando a experiência dos homens é tratada como se fosse a experiência de todo mundo. Na economia, isso significa que o trabalho doméstico e de cuidado — feito majoritariamente pelas mulheres — é desconsiderado como assunto relevante pela teoria econômica.

A professora e cientista política Clarisse Paradis, em seu artigo *A luta política feminista para despatriarcalizar o Estado e construir as bases para a igualdade*, discorre sobre essas ideias e conclui:

“Despatriarcalizar o Estado significa portanto alterar profunda e definitivamente as formas de exercício de poder, transformar os marcos da democracia, passando de um modelo liberal para um modelo republicano, participativo, que seja resultado da soberania popular e da contribuição ativa dos movimentos e organizações, comprometidas com mudanças estruturais.”

Extraído do livro *Feminismo, Economia e Política*, publicado pela SOF.

O movimento feminista no Brasil e na América Latina se preocupa com a atuação e o papel do Estado, porque o problema não está somente em não avançar em direitos, mas, principalmente, em retroceder, ampliando a exploração e a opressão das mulheres.

O sentido das políticas públicas para as mulheres: o que é preciso alterar?

Desde os anos 1970, o movimento feminista trouxe para a cena pública e política o fato de que **o pessoal é político**. Isso quer dizer que pautas como a violência contra a mulher, sexualidade, trabalho doméstico e de cuidados, entre outras, são consideradas não mais como questões pessoais, da vida privada das mulheres, mas como problemas públicos, por serem indissociáveis da estrutura patriarcal e racista. Portanto, as políticas públicas são de extrema importância para desmontar essa situação.

Entretanto, é necessário cuidar para que essas políticas não reforcem estereótipos de gênero, raça e preconceitos em relação à orientação sexual e à deficiência. No curso das multiplicadoras organizado em 2025 pela SOF na região Sul do Brasil, as participantes trouxeram exemplos da política de militarização das escolas públicas, que, em nome da disciplina, reforçam estereótipos de gênero e inúmeros preconceitos à diversidade sexual. Ainda no contexto educacional, falamos também sobre o projeto de lei que pauta a educação domiciliar, conhecida como *homeschooling*. Esse projeto, apoiado pela extrema direita, busca retirar do Estado a responsabilidade do ensino público e repassar às famílias essa responsabilidade que, na prática, recairia sobre as mulheres. Isso traria mais conflito em relação ao direito das mulheres ao trabalho assalariado fora de casa e ao aumento da sobrecarga de trabalho.

Nessa linha, então, é importante sempre verificar se a política pública está reforçando a autonomia econômica e pessoal das mulheres ou se está atrelada à visão e aos valores patriarcais que reforçam a divisão do trabalho entre produção e reprodução.



Multiplicadoras da região Sul. Foto: Acervo SOF

O trabalho doméstico e de cuidados

Com a eleição do Presidente Lula, em 2022, o trabalho doméstico e de cuidados passou a ser pauta governamental. Em dezembro 2024, o Governo sancionou a Lei n.15.069, que institui a Política Nacional de Cuidados. A partir desse momento, o cuidado passa a ser entendido legalmente como um direito.

Abaixo você pode ler uma parte do artigo 5, que dispõe sobre as definições:

Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - cuidado: trabalho cotidiano de produção de bens e serviços necessários à sustentação e à reprodução diária da vida humana, da força de trabalho, da sociedade e da economia e à garantia do bem-estar de todas as pessoas;

II - organização social do cuidado: forma como o Estado, as famílias, o setor privado e a sociedade civil se inter-relacionam para prover cuidado e forma pela qual os domicílios e os seus membros dele se beneficiam;

III - corresponsabilidade social pelos cuidados: compartilhamento de responsabilidades pelos atores sociais que possuem o dever ou a capacidade de prover cuidado, incluídos o Estado, as famílias, o setor privado e a sociedade civil;

IV - corresponsabilidade entre homens e mulheres pelos cuidados: compartilhamento de responsabilidades pelo cuidado, de forma equitativa, entre mulheres e homens.

Como podemos ver, essa é uma política pública estratégica, que contribui para refletir sobre as desigualdades de gênero e raça e, conseqüentemente, alterar substancialmente a qualidade de vida das mulheres. Essa é uma conquista histórica e fundamental. Por isso, precisamos unir forças para que essa lei se materialize, cada vez mais, na vida das mulheres.

Essa lei vale a luta!

Sabemos das dificuldades de implementação de políticas públicas que beneficiem as mulheres na maioria dos estados e municípios. Por isso, é imprescindível que os movimentos feministas atuem para divulgar essa lei e propiciar formações a seu respeito. Quanto mais a população conhece as leis, mais se apropria dos direitos adquiridos, facilitando a união de forças para pressionar o poder público para a sua efetiva implementação.

Nesse sentido, temos, portanto, o importante papel de estimular rodas de conversas, formações e debates nos municípios e estados para contribuir para a construção de Planos Municipais e Estaduais de Cuidados. A participação popular feminista e o controle social são fundamentais para que a política seja formulada e aplicada com a proposta de alterar a divisão sexual e racial do trabalho, e que esteja ancorada na sustentabilidade da vida.

Sempre que falamos de controle social e participação popular estamos dizendo que essas ações devem estar associadas à construção de movimento. A participação individual em um conselho ou qualquer outro órgão de participação precisa ter o respaldo de um movimento forte e que tem base para sustentar as propostas, legitimando aquela representação e ressoando a sua visão coletiva.

Construindo atividades de multiplicação

Propostas de atividade em grupos:

Tarefa: Identificar as políticas para as mulheres existentes na região

1. Separar as participantes em grupos de até 5 pessoas, considerando a região e/ou local de atuação.
2. Baseado no território das participantes, escrever ou desenhar quais políticas públicas para as mulheres estão presentes nesse local.
3. Tempo das etapas: 40 minutos para a elaboração em grupo; e de 5 a 10 minutos para as apresentações.

Intenções:

- Mobilizar as participantes a identificarem os serviços, políticas e ações públicas que se relacionam com a vida das mulheres nos territórios.
- Ampliar a noção do que podem ser as políticas públicas para as mulheres, frequentemente associadas apenas a políticas de combate à violência. Ainda nesse âmbito, há uma dificuldade em identificar iniciativas de prevenção à violência, associando a política apenas às delegacias, aos acolhimentos sigilosos e a canais de denúncia.
- Evidenciar a importância e a presença do caráter público do Estado, assim como suas ausências e a necessidade de construção de lutas para a conquista de direitos.

Recado importante!

É fundamental a leitura do capítulo deste caderno sobre metodologia para a construção de atividades de multiplicação.

Indicações de materiais para continuar estudando sobre Estado e políticas públicas

- Publicação: *Feminismo, economia e política*
- Cadernos Sempre Viva: *Reflexões e práticas de transformação feminista*
- Cadernos Sempre Viva: *Feminismo em resistência: crítica ao capitalismo neoliberal*



Feminismo, economia e política



Reflexões e práticas de transformação feminista



Feminismo em resistência

Memória compartilhada: Imagens de atividades realizadas por grupos no Ciclo de formação em Economia feminista ocorrido em 2025.



Multiplicadoras do sudeste, norte, centro-oeste e Maranhão. Fotos: Gaelle Scüller



Multiplicadoras do sudeste. Foto: Arquivo SOF



Multiplicadoras do sudeste. Fotos: Gaëlle Scüller



A organização das mulheres na luta feminista: construção de movimento e agenda política

A luta das mulheres para transformar a realidade

Ao redor do mundo, a presença das mulheres é fundamental para a articulação e a mobilização de ações que almejam a transformação da realidade. A luta contra sistemas econômicos e políticos que oprimem povos, escravizam comunidades e destroem formas comunitárias de organização faz parte da história da luta das mulheres.

No entanto, a depender do ponto de vista de quem conta essa história, as mulheres são apagadas ou mencionadas apenas como parceiras, esposas ou amantes de homens, que, por sua vez, ocupam o papel de protagonistas e lideranças. Esse apagamento ou posição subalterna diz mais sobre a visão patriarcal e racista dessa construção da história do que efetivamente sobre o papel das mulheres na organização política.

Chamamos de **androcentrismo** a perspectiva que posiciona a experiência dos homens como única e universal.

O apagamento da presença das mulheres na história ou a redução de sua contribuição na luta coletiva é parte da estratégia para modular o papel social das mulheres com base na divisão sexual e racial do trabalho. Criar uma memória atrelada à sensação de que “sempre foi assim” é uma maneira de naturalizar e tratar como “condição biológica” tarefas e papéis que são socialmente impostos às mulheres. Essa divisão, que cria uma hierarquia entre homens e mulheres, também se apresenta na diferença entre mulheres brancas, negras e indígenas, principalmente quando olhamos para a história de países que passaram por invasões e dominações coloniais, como é o caso do Brasil.

É parte do esforço das feministas pesquisar, lembrar e reescrever a história das mulheres e, com isso, reescrever os acontecimentos históricos da sociedade. Essa tarefa de fazer memória ajuda a transformar o modo como analisamos o que acontece no presente.

O pensamento feminista, ao longo da história, não se limitou a pesquisar a presença de mulheres que foram “ícones” individuais. Sua contribuição consistiu, principalmente, em ampliar a forma de analisar o mundo, apresentando

A definição de **androcentrismo** se encontra na página 60.

Definimos **sujeito político** como o grupo que toma consciência de suas opressões e atua para transformar relações de poder injustas. Não vemos soluções individuais para as crises, pensamos que as mudanças são a partir da organização coletiva. Queremos ser as protagonistas de nossas próprias vidas. O sujeito político está em construção; é um processo constante que implica reconhecer os sistemas de opressão que nos atravessam. Para conseguir isso, utilizamos as ferramentas da educação popular. Não basta saber das desigualdades, das injustiças, é preciso agir para mudar essa situação, não só do individual, mas também, do coletivo, a partir de nossas experiências de luta cotidiana e reconhecendo que o sistema de opressão não nos afeta da mesma maneira.

Trecho de *Guia da Escola Internacional de Organização Feminista Berta Cáceres - Ferramentas para a educação popular feminista*

as mulheres como **sujeito político**. Nessa construção, foi essencial a contribuição da perspectiva antirracista e anticolonial para apresentar esse sujeito político que movimenta e tensiona as contradições impostas pelo capitalismo, pelo patriarcado e pelo racismo.

A luta feminista não é sempre a mesma em todas as situações, mas está em constante movimento, alinhada ao momento histórico em que se encontra. Também não há apenas uma perspectiva feminista referente a determinado período histórico. São diversas as perspectivas, a depender das conexões entre classe, raça, contexto local etc.

Nessa formação, nos baseamos no feminismo popular, que tem sua origem na organização das mulheres trabalhadoras das classes populares. No feminismo popular, consideramos que as lutas organizadas pelas mulheres durante toda a história do Brasil foram fundamentais para fortalecer a presença do movimento feminista no país. As mulheres trabalhadoras, indígenas, negras, camponesas, sistematicamente invisibilizadas pela história oficial, tiveram o papel de garantir a vida e se organizaram coletivamente para resistir em cenários extremos de desumanização, como o processo de escravização e de consolidação do Brasil como um país.

Sobre a organização do trabalho e as formas de resistência das mulheres negras e indígenas desse período e ao longo da história, dialogamos com as contribuições de Angela Davis sobre o **modo plantation** de produção, um modo de organização da produção agrícola introduzido no Brasil e em outras colônias europeias a partir do século XVI.

O que é o **modo plantation**? É uma organização econômica e social colonialista que persiste até os dias de hoje, e que, em sua origem, combinou os atos de roubar territórios das populações originárias, plantar uma única espécie em larga escala (cana-de-açúcar, no caso do Brasil) e sustentar essa plantação com força de trabalho sequestrada da África e dos povos indígenas.

Nesse modo de produção, as mulheres faziam atividades pesadas como as dos homens e, além disso, eram responsáveis por “produzir” novas pessoas escravizadas. Ou seja, tinham sua capacidade reprodutiva explorada para gerar mais mão de obra para os senhores e senhoras da “Casa Grande”. O estupro das mulheres escravizadas era tanto uma tática de terror e tortura e controle, para instaurar o medo entre as pessoas escravizadas, quanto mais uma forma de explorá-las a fim de garantir acumulação por meio do trabalho forçado.

Trecho do texto *Feminismo e antirracismo em defesa da vida* do caderno Formação feminista em Movimento, da Marcha Mundial das Mulheres

No processo de industrialização do campo que se apoia na chamada “revolução verde”, base fundamental para a manutenção do agronegócio que conhecemos hoje, observamos a continuidade desse modo capitalista, patriarcal e racista de dominação dos territórios, do tempo de trabalho e do corpo de trabalhadoras e trabalhadores para a acumulação de capital. As resistências dos territórios indígenas e a organização de territórios quilombolas e comunidades tradicionais tiveram, e ainda têm, a presença de mulheres como lideranças e articuladoras desses territórios. Nessa luta, também se faz presente a resistência das mulheres camponesas, que seguem exigindo a reforma agrária e o reconhecimento de seus trabalhos nas hortas e nos roçados, tanto de cuidados como produtivos.

Construir uma perspectiva feminista e antirracista da história é reconhecer essa diversidade de lutas como mobilizações importantes para a transformação da vida das mulheres e da sociedade como um todo. Isso significa ampliar a história do feminismo para além das “ondas” e deixar de restringir a luta das mulheres a determinadas temáticas, como o direito ao voto. Reconstituindo territórios em oficinas de formação feminista, identificamos as lutas nas quais as mulheres estavam envolvidas em determinado bairro ou comunidade. Ao notarem que escolas, moradias, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e até mesmo nomes de ruas foram parte de um processo contínuo de luta das mulheres por melhores condições de vida, as participantes se deram conta de que não fazia mais sentido pensar que sua luta estaria isolada do conjunto da sociedade. Do mesmo modo, chegaram a essa conclusão quando perceberam que direitos foram perdidos e/ou deixaram de avançar em momentos da história nos quais a participação política das mulheres diminuiu ou foi impedida de acontecer devido à repressão do Estado.

Nesse mesmo sentido, quando nos atentamos às organizações das trabalhadoras e trabalhadores na primeira metade do século XX, identificamos a presença de lideranças mulheres negras em sindicatos, como Laudelina de Campos Melo, que fundou o primeiro sindicato das trabalhadoras domésticas do país. Nesse momento histórico, havia muito mais acontecendo: movimentos negros e indígenas, os primeiros sindicatos de diversas categorias, mulheres anarquistas, mulheres nos partidos comunistas e socialistas, entre outros. Por isso vemos, por exemplo, a presença de mulheres durante as primeiras greves operárias.

A origem do dia 8 de março — Dia Internacional de Luta das Mulheres é um exemplo emblemático e atual de como devemos recuperar a história das mulheres a partir de uma perspectiva feminista socialista. Ele nos mostra como, mesmo quando se trata de datas e símbolos associados à memória das mulheres, há uma tentativa de invisibilizar o seu papel como militantes políticas.

Sobre o histórico do 8 de março

“ As pesquisas feministas sobre a história do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, revelaram que sua origem é parte das lutas e militância das socialistas. Sua história remonta ao “Woman’s Day”, iniciado em 1908, dedicado à luta pelo direito ao voto feminino, organizado pelas socialistas estadunidenses. Clara Zetkin, na II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em 1910, propôs instaurar um dia internacional das mulheres, seguindo o exemplo das socialistas americanas. Nos anos seguintes, na Europa, se espalharam as comemorações do dia internacional da mulher ainda sem data fixa, e nem sempre a mesma para todos os países. Mas sempre com referência no direito ao voto feminino como parte da luta por emancipação das mulheres. Em 1917, na comemoração desse dia, um 8 de março (23 de fevereiro no calendário ortodoxo), as operárias russas entraram em greve e iniciaram um amplo processo de luta que deu início à revolução de fevereiro. Em 1921, na Conferência Internacional das Mulheres Comunistas, se propôs a data do dia 8 de março como o Dia Internacional das Mulheres, lembrando a iniciativa das mulheres russas.

Por onde passa a história da luta das mulheres, de Nalu Faria.

*O texto encontra-se no livro *O feminismo é uma prática: Reflexões com mulheres jovens do PT*, organizado por Fernanda Papa e Flavio Jorge.*

A resistência das mulheres atravessou os diversos períodos autoritários da América Latina, território que presenciou ditaduras militares e enfrenta até hoje ameaças imperialistas dos Estados Unidos à soberania de seus países e povos. No Brasil, no final dos anos 1960 até o começo dos anos 1980, ainda sob uma ditadura militar, a organização das mulheres cresceu muito nos bairros, sindicatos e movimentos populares. As mulheres lutavam por demandas concretas do dia a dia, como creche para os filhos, moradia, água, transporte e diminuição dos custos de vida.

Conforme se organizavam, foram percebendo que a política não estava apenas nos espaços fora de casa. Quer dizer, nesse processo, começaram a politizar, por exemplo, as violências vividas em casa, a relação com seu corpo e sexualidade, assim como questionar a divisão das tarefas domésticas. Ainda nesse período, a organização das mulheres negras no contexto dos movimentos negros também cresceu, contribuindo para o seu fortalecimento na luta política.

Essas diferentes formas de organização das mulheres foram essenciais para o processo de redemocratização do Brasil e para uma perspectiva anti-capitalista na construção de alternativas para a sociedade. A afirmação dessa perspectiva foi fundamental nas décadas seguintes para o enfrentamento e resistência ao **modelo neoliberal** da economia, assim como à “institucionalização” do feminismo, isto é, quando a agenda feminista passou a ser cooptada e resumida a uma agenda de tratados internacionais, como na ONU.

A demanda por um feminismo popular e das ruas, como mobilização permanente das mulheres de diferentes territórios, se consolidou em oposição a

A definição de **neoliberalismo** se encontra na página 13.

essa tentativa de acomodar a luta das mulheres nos marcos do sistema capitalista, patriarcal e racista. Essa perspectiva política do feminismo se expressou na organização das mulheres em movimentos e coletivos, assim como em segmentos ou setoriais auto-organizados em sindicatos e partidos.

Nesse contexto de imposição de uma agenda neoliberal e, consequentemente, de precarização da vida e de privatização de serviços e bens comuns, as mulheres se uniram em prol do caráter público do Estado. Isso se expressou na construção de políticas públicas e na disputa por orçamento e formas de participação popular. Essas ações se deram ao mesmo tempo que o enraizamento de grupos de mulheres em diferentes territórios e contextos. Cultivados pela **resistência e irreverência das mulheres** ao longo da história, os princípios organizativos apresentados a seguir se alimentam dessas experiências, cotidianamente reinventadas pelas mulheres.

Caminhos para a organização das mulheres

O fortalecimento das mulheres como **sujeito político** encontra muitos desafios. Perceber como o sistema econômico vigente se organiza e produz desigualdades, violência e destruição faz parte do desafio permanente da organização das mulheres na luta feminista. Questionar e transformar o nosso modo de perceber o mundo é muito importante para fazer avançar um projeto de sociedade que garanta a sustentabilidade da vida como princípio, posicionando a vida no centro do funcionamento da economia.

Essa transformação tem a ver com uma valiosa contribuição do feminismo: a defesa de que o que acontece na vida de cada uma também é político. Ou seja, o que ocorre dentro de casa e nas relações pessoais não é um assunto privado. Historicamente, restringir “às quatro paredes” o que se passa na vida das mulheres contribuiu para invisibilizar e silenciar violências e discriminações. Por isso, a transformação feminista e antirracista das relações pressupõe uma mudança em todos os espaços. Esse é um dos motivos de o debate sobre a redistribuição do trabalho doméstico e de cuidados ser um assunto tratado há décadas pelas mulheres.

Politizar a vida cotidiana é uma tarefa coletiva. Assim como construímos conhecimento coletivamente em nossas formações feministas, a concepção feminista propõe ir além de mudar pensamentos de maneira individual. Na verdade, **para o feminismo, não há separação entre o individual e o coletivo, porque a organização das mulheres propõe transformar, ao mesmo tempo, as desigualdades vividas pelas mulheres e o conjunto da sociedade.** Nesse sentido, contamos com a ferramenta viva da economia feminista para construir alternativas concretas para transformar o trabalho, a família e a política de maneira estrutural.

Para isso, é fundamental a auto-organização das mulheres de forma autônoma em diferentes locais: bairros, comunidades rurais, sindicatos, coleti-

Para aprofundar, indicamos a leitura do texto “O pensamento feminista no Brasil” do caderno *Formação feminista em Movimento*, da Marcha Mundial das Mulheres.

vos de estudantes, movimentos sociais, entre outros. Essa escolha está atrelada à ideia de que quando as mulheres se fortalecem como feministas em suas organizações e territórios, conseguem atuar de forma mais coordenada e contundente para um objetivo comum construído por elas. Garantir esse espaço nas organizações faz parte de uma conquista, porque esse processo desafia hierarquias e tensiona conflitos.

Entretanto, quando as mulheres têm essa iniciativa, é comum serem acusadas de “separar” ou “isolar” os homens e, assim, enfraquecer a luta que envolve todos. Quando, na realidade, a criação e o fortalecimento de um grupo que se junta para debater pautas próprias, mas que atravessam o conjunto de diferentes organizações e da sociedade, contribui para uma análise e uma prática política mais diversa.

A construção de alianças entre diferentes movimentos também é um princípio importante a ser considerado. Assim como as mulheres sozinhas não conseguem avançar contra o machismo vivido diariamente, os movimentos isoladamente não conseguem avançar a ponto de garantir uma transformação radical. Compartilhar estratégias para transformar a economia capitalista, o patriarcado e o racismo não só fortalece as alianças em si, mas também os movimentos que partilham essas alianças. Isso se constrói na prática, através da construção, articulação e mobilização de campanhas em comum.

Construir uma agenda política comum pode ser uma prática que fortalece mutuamente alianças entre diferentes movimentos mistos e feministas nos territórios. Essa forma de pensar nos ajuda a perceber a importância de todas as lutas, mesmo aquelas localizadas em pequenos bairros ou locais com pouca visibilidade, e nos ajuda a evitar que criemos hierarquias separando “lutas grandes” de “lutas pequenas”. Essa forma de analisar e praticar a solidariedade entre diferentes lugares fortalece a perspectiva feminista. Assim, mesmo com as diferenças e particularidades de cada local, temos condições de estabelecer laços, identificando como experiências, memórias e históricos de resistências se opõem ao mesmo sistema econômico.

Contribuições da economia feminista para a construção de agenda política

Afirmamos que a economia feminista nos ajuda a construir alternativas aos desafios de hoje e a encontrar caminhos por onde queremos trilhar. Essas duas tarefas são feitas de maneira simultânea. À medida que construímos alternativas no presente, tensionando a ordem de acumulação capitalista, patriarcal e racista, nos fortalecemos para consolidar as rotas que nos levarão ao futuro que desejamos. Assim, construímos nossas agendas políticas, reivindicações e pautas de debate no presente. Por isso, é fundamental a construção de uma agenda feminista e antirracista que esteja conectada às experiências de mulheres articuladas em diferentes territórios, para que pos-

samos formular, juntas, alternativas para as diferentes expressões do conflito capital contra a vida.

Vivemos uma era em que cada vez mais a centralização e a acumulação capitalista patriarcal e racista avança em nossos corpos, territórios, tempos e trabalhos. Isso também se apresenta na agenda política sobre o trabalho doméstico e de cuidados.

Consideramos arriscado apostar apenas na remuneração monetária, ou seja, em um salário, como forma de valorizar o trabalho doméstico e de cuidados feito pelas mulheres. O risco é de que a sociedade e o poder público pensem que a remuneração resolve a questão, mas as mulheres que cuidam sabem que precisam de descanso, revezamento, compartilhar a responsabilidade e apoio de saúde mental. Como abordamos no texto sobre economia feminista, para garantir a sustentabilidade da vida é necessário um conjunto de relações, recursos e direitos. Alertamos que o avanço de propostas que conectam a valorização do trabalho das mulheres às perspectivas assistencialistas e/ou empreendedoras contribui para a manutenção da forma de (re) produção da sociedade.

Com isso, lembramos que, para a economia feminista, dar visibilidade e valorizar o trabalho doméstico e de cuidados é também não separar o trabalho “produtivo” do “reprodutivo” no modo de funcionamento da economia capitalista, patriarcal e racista. Em nossas reflexões atuais, construímos um paralelo ao pensar as falsas soluções capitalistas para o colapso climático. Uma delas está baseada na ideia de compensar a poluição produzida pelas grandes transnacionais através do pagamento de um valor monetário para comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas. Com isso, querem que essas comunidades deixem de manejar partes de seus territórios ou manejem segundo regras diferentes dos seus modos de vida. Dessa forma, os grandes empresários justificam a possibilidade de continuar produzindo por estarem “compensando” o estrago em outra parte do mundo. Chamam isso de compensação por crédito de carbono. Ao estabelecer essa relação com as áreas de compensação, também estão se apropriando desses lugares e de sua sociobiodiversidade.

Quando não separamos o trabalho reprodutivo do produtivo em nosso modo de pensar o mundo, construímos uma agenda em que a valorização dos trabalhos que sustentam a vida, tanto o trabalho doméstico e de cuidados quanto o trabalho de cultivar biomas nativos, deixa de estar atrelada à produção capitalista, patriarcal e racista. Essas alternativas de “compensação” são desculpas usadas para acelerar o modo de produção e/ou condicionar as mulheres a um determinado papel permanente de cuidado.

Um dos temas-chave da economia feminista é dividir com o Estado o trabalho doméstico e de cuidados. Apostamos no investimento de políticas pú-

blicas, como a implementação de lavanderias, cozinhas comunitárias e a universalização das creches com base na descentralização. Isso significa que novos serviços devem estabelecer uma articulação em rede com os serviços já existentes no território.

Ao mesmo tempo, apontamos que a política de cuidados deve ser transversal às políticas públicas já existentes. A crítica feminista ao modo como o Estado estabelece políticas públicas se baseia no fato de que o tempo de trabalho das mulheres é necessário para que elas funcionem, como os horários de turnos escolares em que se pressupõe que alguém é responsável pelo transporte das crianças (o mesmo exemplo pode ser aplicado a políticas de saúde, esporte, entre outras).

Ações realizadas por coletivos e grupos organizados, como redes de comercialização de alimentos e produtos da economia solidária, entre outras, podem ser alianças importantes nesse processo. Quando acompanhadas de um processo de debates que explicita a intencionalidade da transformação social, elas podem fortalecer o estabelecimento de vínculos entre as pessoas, que se tornam sujeitos políticos de seus territórios.

O conservadorismo e a divisão sexual e racial do trabalho

O posicionamento crítico feminista e antirracista nos ajuda a compreender diversos aspectos da sociedade de forma mais integrada. É comum escutarmos que as ideias conservadoras ou “de costumes” estão separadas da política econômica. Porém, assim como tratamos em diversas partes deste caderno, essas falsas divisões contribuem para fortalecer a produção capitalista, patriarcal e racista.

Ao analisarmos a sociedade com base na divisão sexual e racial do trabalho, percebemos que esse conjunto de valores que buscam organizar como as pessoas devem existir está ancorado nessa divisão. A reafirmação conservadora de que papéis de gênero e raça devem se manter para o bem da continuidade da “família”, como um valor universal e intocável, pouco tem a ver com a valorização da vida e, sim, com a preservação do modo capitalista, patriarcal e racista de fazer economia. No atual cenário, isso significa reafirmar a sobrecarga das mulheres com o trabalho doméstico e de cuidados, assim como empurrar as populações negras e pobres para ocupações precarizadas, com baixa remuneração e sem direitos trabalhistas.

A importância de revelar os interesses econômicos que estão por trás do discurso conservador nos ajuda a elaborar melhores formas de enfrentá-los. Mesmo em nossos momentos de reflexão coletiva, precisamos nos atentar para quais saídas apontamos. Por exemplo, é comum escutarmos que ensinar os meninos, em casa, a fazer as tarefas domésticas e de cuidado é o principal caminho para o fim da divisão sexual e racial do trabalho. Contudo, quan-

do observamos as condições da maioria das famílias no Brasil, percebemos que as mulheres estão sobrecarregadas por serem quase sempre as únicas responsabilizadas por garantir a existência de todas as pessoas. Portanto, reforçar a ideia de “educação vem de casa”, na verdade, é reforçar a responsabilidade das mulheres em fazer esse trabalho.

Ao assumir a economia feminista como ferramenta viva, identificamos que existem muitas relações que acontecem de maneira simultânea para a sociedade funcionar: as relações dentro de casa, a relação com a natureza, entre as comunidades, o Estado, o mercado e todas as demais instituições que também produzem valores sobre a vida. Isso significa que, para transformar a maneira como são organizadas as relações com o trabalho doméstico e de cuidados e com o trabalho remunerado, bem como as relações entre as pessoas e delas com os territórios, é necessário um conjunto de mudanças que dizem respeito ao modo como a sociedade organiza sua economia.

Deparar-se com essa complexidade não é algo fácil e, por vezes, é desanimador. Ao almejar fazer parte dessa transformação, a construção de grupos, coletivos e movimentos sociais é desafiadora. Construir conhecimento sobre si e sobre a sua comunidade é uma tarefa coletiva, que ganha sentido ao se articular com uma agenda que busca transformar a realidade. Por isso, a formação é tão importante e deve ser inseparável dos processos de mobilização e organização das mulheres.

Na luta feminista, a autorreflexão como parte do exercício de entender que o que se passa no cotidiano da vida das mulheres é político também se conecta aqui. Ao politizar o trabalho doméstico e de cuidados, podemos organizar formas coletivas para enfrentar esse desafio, mobilizando as mulheres e propondo alternativas. Por exemplo, fazer parte da mobilização e da consolidação de um plano municipal de cuidados e refletir sobre serviços públicos que tenham o objetivo de dividir o trabalho das mulheres com o Estado podem ser alternativas. A construção de alternativas comunitárias pode ser o início desse processo, já que elas dão base para pensar e formular políticas públicas locais que respondam às demandas das mulheres e de suas comunidades.

Recado importante!

É fundamental a leitura do capítulo deste caderno sobre metodologia para a construção de atividades de multiplicação.

Construindo atividades de multiplicação

O conteúdo sobre a organização das mulheres pode ser trabalhado em diferentes contextos, como em processos de formação e debate de grupos de mulheres.

Propostas de atividade em grupos:

Construir uma espiral do tempo sobre a história da construção de um movimento

1. Essa atividade deve ser realizada com todo o grupo.
2. Primeiro, distribua entre todas as participantes um pedaço de papel para que possam desenhar e/ou escrever o momento em que começaram a participar do movimento de mulheres e/ou feminista.
3. Enquanto as participantes realizam a tarefa, com uma linha reta ou em espiral marcada com barbante ou fita no chão, posicione uma sinalização de “início” numa ponta e de “hoje” em outra.
4. Conforme as participantes falam e entregam o papel, posicione-os mais ou menos perto das sinalizações.
5. Tempo das etapas: o tempo de duração dessa atividade vai depender da quantidade de pessoas participantes.

Intenções:

- Evidenciar que a construção dos movimentos sociais é realizada pelas mulheres;
- Mobilizar a memória individual e exercitar a construção da memória coletiva dos movimentos sociais;
- Evidenciar os processos de mobilização e ações dos movimentos como forma de construir agendas, intervenção política e construção de movimento;
- Construir coletivamente a história e destacar os princípios organizativos do movimento.



*Formigueiro –
A Revolução Cotidiana
das Mulheres*



*As Origens e a
Comemoração do
Dia Internacional das
Mulheres*

Dicas de materiais para utilizar durante a atividade

- Capítulo *Economia feminista na agenda política: a construção de lutas para enfrentar o conflito capital-vida*, do Caderno da Participante
- Exibição com debate do filme *Formigueiro – A Revolução Cotidiana das Mulheres*
- Trechos do livro *As Origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres*, de Ana Isabel Alvarez González.



Multiplicadoras do norte. Foto: Arquivo SOF

Indicações de materiais para continuar estudando sobre o movimento feminista

- Livro: *Por um feminismo afro-latino-americano*, Lélia Gonzalez
- Caderno Sempreviva: *Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento*
- Publicação: *Apurando horizontes feministas sobre o colapso ecológico*



*Capitalismo digital,
comunicação e construção
de movimento*



*Apurando horizontes
feministas sobre o
colapso ecológico*

Memória compartilhada: Imagens de atividades realizadas por grupos no Ciclo de formação em Economia feminista ocorrido em 2025.



Multiplicadoras do sul e sudeste. Fotos: Gaelle Scüller



Multiplicadoras do norte, centro-oeste e Maranhão. Foto: Lorena Rosa



Multiplicadoras do norte, centro-oeste e Maranhão. Foto: Gaëlle Scüller



Foto: Acervo SOF



Aprender a transformar com a economia feminista

Este caderno reúne aprendizados do Ciclo de Formação em Economia Feminista realizado em 2025 pela SOF e pela Marcha Mundial das Mulheres. Ele foi construído a partir das atividades feitas com grupos de multiplicadoras em diferentes territórios de todas as regiões do Brasil. A partir dessa experiência, pudemos refletir sobre o que funcionou, o que precisou ser ajustado, o que as próprias participantes apontaram como necessário.

O material aqui sistematizado não esgota os temas que aborda: a economia feminista, as relações sociais de gênero, raça e classe, as disputas em relação ao Estado e pela elaboração de políticas públicas que fortaleçam comunidades e enfrentem desigualdades, a construção de movimento como caminho coletivo para transformar o mundo em que vivemos.

Todos esses são campos em disputa permanente, que se atualizam conforme mudam as condições concretas de vida e de organização das mulheres. Diante disso, a contribuição deste material é apoiar quem está organizando atividades de formação: oferece conceitos, sugere metodologias, apresenta experiências que já foram testadas.

A prática depende do grupo, do território, do momento. Por isso, é recomendável que cada multiplicadora adapte as propostas deste caderno a partir da demanda dos grupos, coletivos e espaços onde atua. O espaço de formação também é para experimentar! Contamos com a sua criatividade feminista para realizar atividades com base nesses assuntos, que entendemos serem fundamentais para o fortalecimento coletivo das mulheres. Faz parte da tarefa de multiplicar: a leitura dos textos, a preparação da atividade e o compromisso com a construção coletiva do conhecimento.

Lembre-se de revisitar o capítulo de metodologia junto com a leitura de cada capítulo temático. Também sugerimos que anote o que aconteceu em cada atividade: quais temas tocaram mais fortes, quais perguntas surgiram, quais histórias as mulheres trouxeram, o que ficou em aberto e pede continuidade. Esses registros são importantes para guiar os próximos passos e para apoiar a avaliação do trabalho que vocês estão realizando coletivamente. São esses debates e práticas de formação em movimento que alimentam novas reflexões, agendas políticas e elaborações para fortalecer o feminismo. Boa atividade!

Anotações

Realização:



Apoio:

MINISTÉRIO DAS
MULHERES

